

pela
Reserva Naval

pela
Marinha

por
Portugal e o Mar





António Miranda da Rocha

A RESERVA NAVAL EM MACAU

1968/1970

“A Reserva Naval em Macau 1968-1970” é um livro do nosso camarada António Miranda da Rocha, que foi o primeiro oficial da Reserva Naval da Marinha Portuguesa a ser mobilizado para o Comando da Defesa Marítima de Macau, e que evoca a única comissão de serviço de um oficial RN antes de 1974, naquela que foi considerada a “Pérola do Oriente”.

Esta comissão decorreu a seguir a um período de agitação de cariz maoísta, que ocorreu entre 1966 - 1967, relacionada com a Revolução Cultural (1966-1976) e que pôs em risco a própria sobrevivência da administração portuguesa na antiga Província Ultramarina de Macau.

Assim, a AORN não hesitou em incentivar e dar o seu apoio a esta publicação, desde logo por se tratar de um documento que só poderia ser elaborado por este oficial RN, mas e sobretudo pela sua importância para a “História da Reserva Naval”.

Esperamos por isso que, com o lançamento deste livro, possamos dar corpo a uma iniciativa há muito anunciada, mas até agora adiada, de começar a recolha de forma sistemática e definitiva de documentos e histórias que, no futuro, possam fazer parte da obra “História da Reserva Naval” - *um contributo para a História da Marinha de Guerra Portuguesa.*



ASSOCIAÇÃO DOS
OFICIAIS DA
RESERVA NAVAL

*Publicação Periódica da Associação
dos Oficiais da Reserva Naval*
N.º 20 • Ano XVII • Novembro de 2012

Administração e Redacção
Fábrica Nacional da Cordoaria
Rua da Junqueira • 1300-342 Lisboa
Telefs.: 21 362 68 40 / 21 362 68 39 (Fax)
e-mail: aorn95@reservanaval.pt
www.reservanaval.pt

Director
Joaquim Moreira

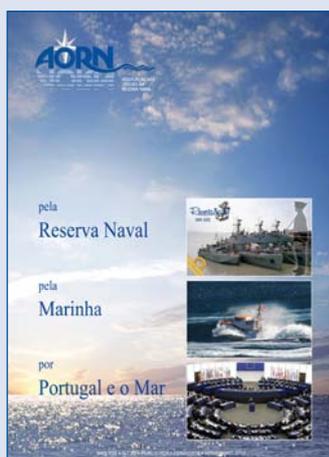
Sub-Director
José Ruivo

Comissão de Redacção
Serafim Lobato, Armando Ferrão,
André Cunha e Tânia Alexandre

Coordenação gráfica e paginação electrónica
Manuel Lema Santos
mlema@mlemasantos.com

Impressão e acabamento
Gazela - Artes Gráficas, Lda.
www.gazela.pt

Tiragem
1.000 exemplares



Editorial	5
Protocolo	
Clube Militar Naval/AORN – Associação dos Oficiais da Reserva Naval	6
Notícias Soltas – <i>Sumário</i>	9
A Marinha na Segurança e no Desenvolvimento de Portugal	10
Notícias Soltas – <i>40 Anos depois</i>	15
O 16.º CFORN	16
<i>A LDP 208 no Rio Zambeze, em Angola</i>	19
O Hypercluster da Economia do Mar em Portugal: um ponto de situação	
<i>Economia do Mar: um domínio com potencial estratégico de desenvolvimento para Portugal e para a Europa</i>	21
“CREOULA” – 75 anos	25
AORN – 17.º Aniversário	28
Notícias dos Núcleos	
<i>Núcleo dos Açores • Polo Norte</i>	29
<i>Granel das Beiras</i>	30
<i>Polo Sul • Núcleo de Setúbal • Núcleo da Madeira</i>	
• <i>Grupo do CMN • Núcleo de Trás-os-Montes</i>	31
Notícias Soltas – <i>Surf para deficientes na Figueira da Foz</i>	31
Portugal na União Europeia: ainda vale a pena?	32
Dia da Reserva Naval 2011	35
O 22.º CFORN	39
Assembleia Geral da AORN – <i>5 de Maio de 2012</i>	46
In Memoriam... – <i>Prof. Dr. Manuel Ramôa Cardoso Ribeiro</i>	48
Notícias Soltas – <i>O meu amigo Max</i>	49
Notícias Soltas – <i>In “Revista de Marinha”</i>	50
Notícias Soltas – <i>Crónica de Malaca</i>	51

Exceptuando-se os artigos assinalados e da responsabilidade dos respectivos autores, a redacção desta revista não segue as regras do novo acordo ortográfico

PROTOSCOLOS

De acordo com as duas grandes linhas de orientação que nos impusemos, e que recordamos:

Uma *AORN de projecção externa*, visando, em última análise, obter o Estatuto de Utilidade Pública, prestando ou tentando prestar um Serviço a Portugal e à Marinha.

Uma *AORN de projecção interna*, voltada para os sócios e seus familiares, aproveitando todos os recursos internos disponíveis e fazendo protocolos com entidades externas.

Tentamos aproveitar a “capacidade instalada”, para se colmatarem necessidades internas, através da realização de protocolos com instituições que, de algum modo, possam dar resposta a essas necessidades. Para conhecimento dos sócios, transcrevemos alguns excertos, sobre o assunto, retirados do Relatório Anual de 2009:

Sede “Social” da Reserva Naval

Onze anos após a primeira assinatura do protocolo com a Marinha e completados quatro anos desde que nova redacção foi acordada com o Estado Maior da Armada, estamos em negociações com a Direcção do CMN (Clube Militar Naval) para fazermos um protocolo, com o propósito de podermos usufruir deste espaço, como “Sede Social”, para colmatar a falta de espaço social de convívio na actual e na futura “Sede Administrativa”.

Protocolo com o IASFA

Por considerarmos que faz todo o sentido aproveitarmos condições disponíveis noutras instituições, como é o caso do IASFA (Instituto de Acção Social das Forças Armadas), que podem ser úteis para os sócios da AORN, assinámos um protocolo com esta entidade, no passado dia 5 de Novembro de 2009.

Protocolo com a Universidade Lusófona

Assinámos, no passado dia 15 de Julho, um protocolo com COFAC, cooperativa detentora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, através do ISES (Instituto Superior de Estudos de Segurança), dirigido pelo nosso camarada Joaquim de Carvalho. De acordo com a cláusula 1.^a do protocolo que se transcreve:

“As duas instituições promoverão a realização conjunta de conferências e de estudos sobre a segurança, nomeadamente sobre os desafios e as ameaças que, em virtude da globalização, se colocam, actualmente, à sociedade em geral e ao estado português em particular”.

Protocolo com a Universidade Lusíada

Continuamos a estabelecer contactos com a Universidade Lusíada, visando fazer o ponto da situação do protocolo, assinado em 20 de Março de 2003, e avaliar da possibilidade de lhe dar substância.

Protocolos Diversos:

Para nos obrigarmos a acompanhar os protocolos assinados com as diferentes Entidades, a seguir se transcrevem protocolos em vigência, com os respectivos nomes e as datas de assinatura:

Protocolo com o Hospital da Marinha – 7 de Maio de 1997

Protocolo com a Revista de Marinha – 1 de Fevereiro 2009

Protocolo com a Nautique – 6 de Maio de 2010

Protocolo com a Mutuamar Formação – 17 de Maio de 2010

Protocolo com a Messe de Cascais – 1 de Julho 2010

Protocolo com o Clube Militar Naval – 2 de Março de 2012



Joaquim Oliveira Moreira
Presidente da Direcção

Três anos depois, com a divulgação deste n.º 20 da Revista da AORN, cumprimos o compromisso de publicar pelo menos um número anual. Assim, conseguimos reunir numa publicação uma série de acontecimentos que é importante registar. Este trabalho, resulta do esforço de colaboração do Grupo da “Comissão de Redacção”, que devemos identificar: José Ruivo, Serafim Lobato, Armando Ferrão e o imprescindível Manuel Lema Santos, a quem todos devemos estar agradecidos.

Nunca esquecendo os que já nos deixaram e de que o Max e o Ernâni são verdadeiros expoentes máximos, continuamos a fazer o que podemos para honrar as suas memórias e para que sintam orgulho nos que ainda por cá ficaram. Como disse o ano passado neste mesmo editorial: *“É a sua memória que agora nos obriga a continuar e a fazer bem, para merecermos ser dignos do seu passado e do contributo que deram, para o prestígio de que hoje beneficiamos”*.

A vida continua com os que ficam e, por isso, teremos de contribuir para manter este projecto e a sua sustentabilidade. Apesar das dificuldades, considero que devemos manter a publicação de, pelo menos, um número anual da revista, com ou sem apoios como aconteceu este ano, já que temos muitos camaradas que apreciam esta forma de comunicação. Aproveitamos para informar que temos intenção de, a partir da próxima edição, designá-la com o título **“Reserva Naval”**.

Pedindo desculpa a todos os familiares e amigos de camaradas nossos que desapareceram e não foram objecto de qualquer referência nesta revista, queremos garantir que isso acontece por falta de informação ou mesmo total desconhecimento. Temos o registo dos 56 sócios já falecidos, que tencionamos identificar num próximo número na secção **“In memoriam”**, onde, desta vez, vamos lembrar o nosso camarada Fernando Ramôa Ribeiro, que nos deixou recentemente.

Vamos continuar a tratar de alguns temas de fundo que consideramos de interesse, como são os artigos que agora publicamos: *“A Marinha na Segurança e no Desenvolvimento de Portugal”*, *“O Hypercluster da Economia do Mar: um ponto de situação”* e *“Portugal na União Europeia: ainda vale a pena?”*, da autoria de grandes especialistas nas respectivas matérias. Mantemos nesta revista a secção **“Notícias dos Núcleos”**, com o grande objectivo de informar sobre o seu desempenho e ao mesmo tempo para tentar, desta forma, que se consiga um cada vez maior dinamismo dos sócios, permitindo assim reforçar o desempenho da Direcção e ajudar a cumprir melhor os objectivos da nossa associação.

Proseguimos empenhados em fazer a história da Reserva Naval, pelo que queremos assumir esta tarefa como uma das razões de ser da própria AORN. A colaboração dos Núcleos e o lançamento do livro **“A Reserva Naval em Macau”** poderão ajudar a relançar este processo, agora de forma definitiva. Preparem-se, por isso, para nos trazerem os contributos vivos de quem viveu a história e tem a coragem de a contar. Depois de nós virá quem fará a História.

Deixem-me ainda fazer referência a alguns temas em destaque nesta edição: Evocação do 16.º e do 22.º CFORN, *“Dia da Reserva Naval de 2011”*, *“AORN – 17.º Aniversário (2012)”* que, este ano, foi da iniciativa dos Núcleos, o *“Protocolo com o Clube Militar Naval”* e as *“Notícias Soltas”*, que iniciamos neste número e ainda a nossa homenagem aos *“75 anos do NTM «Creoula»”*.

No dia 29 de Setembro, **Dia da Reserva Naval de 2012**, homenageámos o Marinho de Castro (a título póstumo) e o Manuel Torres, com a atribuição do **“Golfinho de Ouro”**, por *terem servido sem cuidar recompensa*. Este ano também fomos “intervencionados” pela “Troika”, o que nos impediu de fazermos os convites que gostaríamos. Usámos por isso o conceito de convite mínimo.

A nossa participação na PASC - Plataforma Activa da Sociedade Civil, através do Grupo de Acção criado para o efeito, é a forma de cumprirmos, pelo menos em parte, os Fins Estatutários definidos na alínea b) do Artigo Segundo dos Estatutos: – *Promover a elevação das qualidades cívicas e culturais dos seus membros*. Temos mantido a preocupação de contribuir para solução e não para agravar ou realçar apenas os problemas da governação de Portugal.

Estando nós em fim de mandato, elaborámos um Plano de Acção visando equacionar e resolver questões de carácter administrativo que, por serem muitas vezes considerados como assuntos menores, são quase sempre adiados, não ajudando a boa gestão da coisa pública. Por isso, muito em breve, iremos informar a guarnição de situações que urge resolver e para as quais, desde já, pedimos a boa compreensão e a colaboração de todos, no sentido de obter esse desiderato.

Termino, abordando o tema da capa que pretende “resumir” o conteúdo da revista e o resultado de uma reflexão interna sobre o desígnio ou os grandes objectivos da nossa associação para, em complemento do lema da Reserva Naval, na contracapa, definir numa frase o que é a verdadeira razão de ser da AORN. Assim, sejamos capazes de a cumprir:

Pela Reserva Naval, pela Marinha, por Portugal e o Mar

Joaquim Moreira
25.º CFORN-FZE

Antigos oficiais da Reserva Naval podem utilizar Clube Militar Naval



O Presidente da Direcção da Associação de Oficiais da Reserva Naval, Comandante Joaquim Moreira, afirmou, no passado dia 2 de Março, que o espírito de cordialidade e de câmara entre oficiais de carreira da Armada e os antigos oficiais da Reserva Naval foi reforçado com a assinatura de um protocolo entre o Clube Militar Naval (CMN) e a AORN – Associação dos Oficiais da Reserva Naval, efectuado nesse dia.

O protocolo, assinado entre o CMN e a AORN, na sede da primeira instituição, em Lisboa, em ambiente de salutar convívio, viabiliza formalmente “a utilização das instalações e serviços do CMN pelos antigos oficiais da Reserva Naval”, preconizando ainda a efectivação de iniciativas

conjuntas, tais como “palestras, colóquios ou qualquer outro tipo de eventos de carácter cultural, recreativo ou técnico profissional”.

Joaquim Moreira, numa intervenção de improviso, referiu ainda que este protocolo surge com um atraso de 20 anos, sublinhando que a AORN foi criada e ganhou cidadania, precisamente, porque foi negado, então, o acesso de pleno direito ao CMN aos antigos oficiais da Reserva Naval.

A este respeito, o Presidente da Direcção da AORN invocou a memória e os esforços dos fundadores nas diligências junto do CMN, referindo nomeadamente o Comandante Alves da Rocha, Dr. Rodrigues Maximiano, Dr. Alfredo Lemos Damião, Dr. Marinho de Castro e Dr. Manuel Torres.

A terminar, e em tom irónico, Joaquim Moreira sublinhou a importância do acesso dos antigos oficiais da Reserva Naval ao CMN, uma vez que a AORN, em determinada altura, optou por não construir instalações próprias para a sua sede o que, tendo em atenção “o contexto actual, se verificou ser uma decisão acertada”.

Em nome do Clube Militar Naval falou o seu Presidente da Direcção, Comandante José Miguel Picoito, que fez questão de reafirmar que “o salutar convívio e partilha do tradicional espírito de câmara de oficiais” liga “os antigos oficiais da Reserva Naval à mais elevada tradição naval praticada na Marinha de Guerra Portuguesa e aos valores éticos, qualidades morais e sociais que nortearam o seu empenhamento e sentido de dever no cumprimento da missão”.

José Miguel Picoito destacou ainda que, enquanto prevalecer a memória e sentimentos entre as pessoas, esse espírito de câmara haverá de pautar o relacionamento entre os oficiais que partilharam tantas experiências e emoções, quer em operações de rotina, quer em ambiente de conflito, que tanto marcaram uns e outros.

São assim reconhecidos os contributos da AORN, com o lema “E bem serviram sem cuidar recompensa”, e da sua missão deduzida dos estatutos de “Defender a Reserva Naval, a Marinha, Portugal e o Mar”, numa altura como a actual em que muitos destes valores de soberania são postos em causa, enfatizou.



Joaquim Moreira no uso da palavra



José Manuel Picoito durante a sua alocução



Termos do Protocolo

Entre o **Clube Militar Naval (CMN)**, com sede na Av. Defensores de Chaves N° 26, Lisboa, e a **Associação dos Oficiais da Reserva Naval (AORN)**, com sede na antiga Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, ambos representados pelos Presidentes das respectivas Direções, ficando acordado o seguinte:

1º

O CMN através de proposta sufragada em Assembleia-Geral realizada em 18 de Fevereiro de 2011, a qual implicou alteração ao articulado no seu Regulamento Interno (RI), reconhece a ligação histórica dos Oficiais da Reserva Naval à mais elevada tradição naval praticada na Marinha de Guerra Portuguesa e aos valores éticos, qualidades morais e sociais que nortearam o seu empenhamento e sentido do dever no cumprimento da missão, e como tal deverá criar condições para facilitar o acesso às suas Instalações e serviços aos que satisfaçam aquele requisito, procurando promover o salutar convívio e partilha do tradicional “espírito de câmara de oficiais”.

2º

Sendo a AORN a instituição que representa um conjunto muito significativo daquele universo de antigos Oficiais da Reserva Naval, a qual tem como lema “E bem serviram sem cuidar recompensa...”, e que, de acordo com os objectivos definidos nos fins estatutários, tem como missão, “Defender a Reserva Naval, a Marinha, Portugal e o Mar”, é-lhe reconhecida a capacidade para indicar essa qualidade a quem cumpra aquele requisito, acumulando ou não a condição de seu associado.



3º

Na utilização das instalações e serviços do CMN pelos antigos Oficiais da Reserva Naval, poderá ser-lhes solicitada a identificação através do cartão de sócio da AORN, respectivo, complementado por qualquer outro documento pessoal com fotografia, ou no caso em que não reúna aquele requisito, por um cartão de “convidado permanente” a emitir pela Direção do C.M.N.

4º

Os detentores das condições referidas no parágrafo anterior poderão fazer-se acompanhar de familiares e/ ou convidados, não excedendo um quantitativo adequado e ajustado à capacidade de resposta dos serviços.

5º

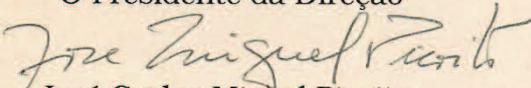
Os objectivos desta parceria para além do acima estipulado, estendem-se a eventuais iniciativas conjuntas na realização de palestras, colóquios ou qualquer outro tipo de eventos de carácter cultural, recreativo ou técnico-profissional.

6º

Ambas as partes comprometem-se a conjugar esforços no sentido de divulgar e operacionalizar os termos do presente Protocolo, bem como reservam-se ao direito de rever em qualquer altura, as cláusulas do mesmo.

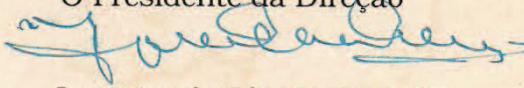
Clube Militar Naval

O Presidente da Direção


José Carlos Miguel Picoito

**Associação dos Oficiais da
Reserva Naval**

O Presidente da Direção


Joaquim de Oliveira Moreira



Intervenção de José Luiz Vilaça

O Presidente da CMN ressaltou, ainda, que com a assinatura do Protocolo este relacionamento já não depende, da maior ou menor abertura, das sucessivas Direcções do CMN.

Discursou depois o Presidente da Assembleia-Geral da AORN, Prof. Dr. José Luiz da Cruz Vilaça, que destacou o valor simbólico do Protocolo, como reafirmação da verdade histórica, de compromisso com o passado e também com o futuro. Ainda que tenha um valor simbólico, explicou, os protocolos são para cumprir, fazendo uma menção, com certa ironia, ao recente protocolo assinado entre o governo de Portugal e a “Troika” (Banco Mundial, FMI e Comissão Europeia).

Sendo Juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, José Luiz Vilaça disponibilizou-se para partilhar numa sessão a realizar no CMN a sua visão sobre a recente crise europeia, baseado na sua experiência nas novas funções, e isto tendo atenção o âmbito da cooperação prevista no protocolo no que diz respeito à realização de iniciativas conjuntas.

Por fim, interveio o Presidente da Assembleia-Geral do Clube Militar Naval, Almirante Gameiro Marques, que invocou também a promoção do “*espírito de câmara de oficiais*”, que classificou de profícuo no desenvolvimento e consolidação da cultura naval, o que – frisou – é reconhecido no presente Protocolo.

Referindo que este espírito nasce das relações nas câmaras de oficiais nos navios, “*onde se tomam refeições, se descomprime da tensão vivida na ponte, no centro de operações, entre outros sítios, onde se confrontam construtivamente as ideias, independentemente das antiguidades, e sempre com respeito mútuo e com elevação, e onde o comandante é um convidado. Um lugar onde é tradição não se falar de serviço, com o propósito de fomentar a inclusão de outros assuntos e a cumplicidade positiva. Um espírito que continua no CMN, na comunidade já alargada aos antigos Oficiais da Reserva Naval, que se formaliza com a assinatura do Protocolo*”, acrescentou.

No acto, estiveram presentes o Contra-almirante Francisco Braz da Silva, Chefe de Gabinete do Almirante Chefe de

Estado-Maior da Armada, que representava, o Presidente da Comissão de Domínio Público Marítimo, Vice-almirante na reserva Silva Carreira, o Vice-almirante reformado Lopes Carvalheira, o Contra-almirante Espadinha Galo, Sócio de Mérito da AORN, o Director-Geral de Marinha, Vice-almirante Cunha Lopes, que foi um entusiasta deste protocolo, na qualidade de Presidente da AG do CMN, juntamente com o Comandante Vladimiro Neves Coelho, Presidente da Direcção anterior, o chefe da Repartição de Reserva e Reformados, Comandante Conceição Góis, entre outros.

Além dos Presidentes da AG e Direcção da AORN, estiveram ainda presentes, o Presidente do Conselho Fiscal da AORN, Alípio Dias, os membros da Direcção, Pedro Sousa Ribeiro, José Ruivo, Armando Teles Fortes e Tânia Alexandre, e ainda o Luís Penedo, Honorato Ferreira, Serafim Lobato, Carlos Alberto Lopes e Manuel Torres.

Tânia Alexandre
1.º CFBO 2009

Serafim Lobato
14.º CFORN



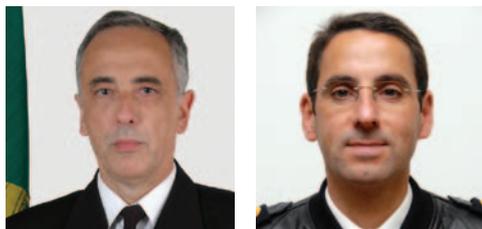
No decorrer do acto de assinatura do protocolo

NOTÍCIAS SOLTAS

Iniciamos neste número uma secção de “*Notícias Soltas*” para temas diversos que não são passíveis de ser enquadrados nos outros diferenciados temas da revista. Por razões técnicas, encontram-se em diferentes páginas desta publicação. Alguns destes temas já estão prontos desde o ano passado, mas, por não terem tido espaço no número 19 e por serem assuntos que não perderam actualidade, podem agora ser encontrados em diversas páginas deste número, a saber:

- 45 ANOS DEPOIS (pág. 15) • SURF PARA DEFICIENTES NA FIGUEIRA DA FOZ (pag. 31)
- O MEU AMIGO MAX (pág. 49) • In “REVISTA DE MARINHA” (pág. 50) • CRÓNICA DE MALACA (pág. 51)

A MARINHA NA SEGURANÇA E NO DESENVOLVIMENTO DE PORTUGAL



António Silva Ribeiro
e Sérgio Silva Pinto

Segurança e desenvolvimento: uma relação de reciprocidade

A história comprova que não é possível promover o desenvolvimento das nações, sem antes garantir a sua segurança. Porém, sendo inquestionável a necessidade de segurança para o desenvolvimento, nem sempre se tem na devida conta a relação inversa, que importa também analisar numa perspetiva de sustentabilidade do sistema político, atualmente sob grande pressão, resultante da dificuldade de reação dos Estados perante a crise económico-financeira.

Na realidade, só é possível garantir níveis de segurança adequados, se os países conseguirem, em paralelo, manter um desenvolvimento sustentável, capaz de suportar os elevados custos inerentes às atividades geradoras de segurança, como são as promovidas pelas forças armadas, serviços e forças de segurança, serviços de informações e de cibersegurança, e outros departamentos públicos afins. Esta interdependência é evidenciada pelos orçamentos dos Estados ocidentais, que atribuem uma percentagem mais ou menos constante do seu PIB aos setores que contribuem para a segurança nacional. Por isso, um Estado que consegue gerar um PIB superior ao de outro, também pode investir mais na sua segurança, o que, numa conjuntura global semelhante, se pode traduzir na obtenção de níveis mais elevados de proteção e de salvaguarda dos interesses nacionais.



Fig. 1 – Missão, funções e tarefas da Marinha no âmbito da ação militar e da ação não militar

Ciente desta interdependência entre segurança e desenvolvimento, a Marinha tem procurado posicionar-se como uma instituição

firme na defesa, empenhada na segurança e parceira no desenvolvimento, colocando à disposição de Portugal todo o seu saber e experiência multiseculares relativos às atividades ligadas ao mar, bem como os meios que emprega no desempenho das suas funções de:

- Defesa militar e apoio à política externa;
- Segurança e autoridade do Estado;
- Desenvolvimento económico, científico e cultural.

A diversidade de funções e a subsequente multiplicidade de tarefas executadas pela Marinha (fig. 1), pela sua natureza militar e não militar, dão corpo ao paradigma de atuação operacional: o duplo uso, essencial para que *Portugal use o mar na justa medida dos interesses nacionais*.

Para melhor se compreender a resposta da Marinha aos desafios da *segurança marítima*, tanto na vertente da *proteção* contra ameaças erosivas e sistémicas (security), como na vertente da *salvaguarda* de pessoas e bens contra acidentes naturais ou provocados (safety), este artigo começa por caracterizar o contexto estratégico de segurança nacional e identifica a resposta da Marinha aos desafios do ambiente externo. De seguida, o artigo enuncia o potencial da economia marítima no contexto estratégico de desenvolvimento de Portugal e aponta os principais contributos da Marinha, nas vertentes económica, científica e cultural.

O contexto estratégico de segurança nacional

Na atual conjuntura é improvável que Portugal, ou qualquer outro país aliado, venha a sofrer uma agressão militar direta por parte de um ator internacional. Contudo, Portugal, como os seus aliados, enfrentam *ameaças erosivas*, como são os tráficos de drogas, de pessoas e de armas, a emigração ilegal e a criminalidade internacional, e *ameaças sistémicas*, ligadas ao terrorismo internacional e à proliferação de armas de destruição massiva (ADM), que são pouco visíveis e previsíveis. No âmbito das ameaças erosivas, destaca-se a pirataria, que fez disparar os custos do transporte marítimo, o que se repercute em preços mais elevados dos bens que consumimos.

Acresce que a competição pelos recursos naturais mais escassos é já uma fonte de conflitos internacionais. Por conseguinte, o mar, último espaço de recursos economicamente estratégicos por explorar, pode vir a ser palco de novas disputas.

Portugal também tem uma enorme dependência externa de produtos petrolíferos, cujas fontes estão localizadas nas zonas de maior instabilidade do planeta e cujo transporte se faz, essencialmente, por via marítima.

Por outro lado, o nosso país é vulnerável a catástrofes resultantes de fenómenos naturais, como os terremotos e as cheias, nas quais o apoio aeronaval é, frequentemente, o único viável para minimizar os efeitos sobre pessoas e bens.

Deste contexto estratégico ressalta que as atuais ameaças, embora possam ser fomentadas por certos Estados, partem, sobretudo,

de atores não estatais, como grupos terroristas, insurgentes ou de criminosos, que desenvolvem a sua atividade sem respeitar fronteiras. Por isso, a habitual segmentação da segurança do Estado, quanto à natureza interna ou externa das ameaças, deverá dar lugar a uma nova *abordagem holística*, que integre as várias dimensões da segurança nacional, sustentada em mecanismos de *governança*, essenciais a uma atuação colaborativa, articulada e coordenada de todas as entidades competentes, evitando duplicações de capacidades e redundâncias de esforços.

Em suma, o atual contexto estratégico de segurança nacional desenvolve-se num ambiente de grande incerteza, que exige um *Portugal mais resiliente*, capaz de antecipar, prever, resistir e responder às crises. Porém, com a globalização, os conflitos além-fronteiras passaram a afetar de modo mais rápido e evidente os nossos interesses, pelo que *Portugal, para garantir a sua segurança e desenvolvimento, também deve contribuir, ativa e responsabilmente, para a estabilidade internacional.*

A resposta da Marinha

Feito este breve enquadramento do contexto estratégico de segurança nacional, há que descer ao nível operacional, no sentido de evidenciar a resposta da Marinha, enquadrada conceptualmente pelo exercício das funções de “Defesa militar e apoio à política externa” e de “Segurança e autoridade do Estado.

A Marinha tem permanentemente em missão (H24, 365 dias/ano) cerca de 1000 efetivos e 10 navios distribuídos pelas zonas marítimas do norte, centro e sul do Continente, da Madeira e dos Açores. Para além disso, disponibiliza militares e meios que são destacados para operações no estrangeiro. Algumas das principais ações em que a Marinha está empenhada, são: o combate à pirataria, ao terrorismo e à proliferação de ADM; a vigilância, fiscalização e imposição da lei; a salvaguarda da vida humana no mar; o assinalamento marítimo; e o combate à poluição do mar.



Fig. 2 - A fragata “Álvares Cabral” no combate à pirataria

Combate à pirataria

Desde 2009 que a Marinha participa com as fragatas das classes *Vasco da Gama* e *Bartolomeu Dias* nas operações *Allied Protector* e *Ocean Shield*, da NATO, e *Atalanta*, da UE, que decorrem numa vasta área do oceano Índico (fig. 2).

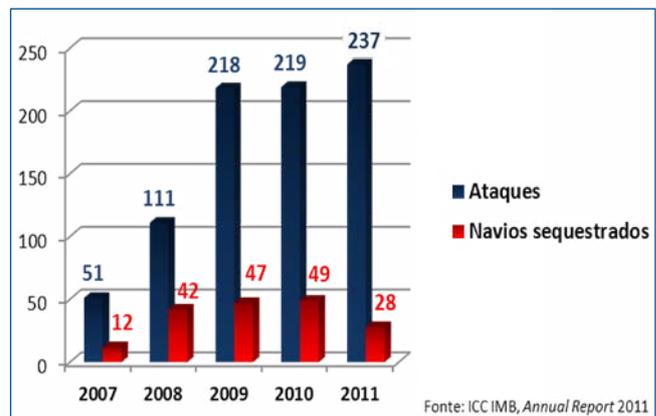


Fig. 3 - Ataques piratas vs navios sequestrados

Estas operações, realizadas ao abrigo de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, representam o esforço da comunidade internacional para impedir a pirataria e proteger os navios que transportam apoio humanitário para a Somália. De salientar que em 2011, ano em que Portugal comandou a força naval da UE empenhada na operação *Atalanta*, se registou um decréscimo significativo de ataques bem-sucedidos pelos piratas, contrariando a tendência dos anos anteriores, conforme ilustrado no gráfico da figura 3.



Fig. 4 - Submarino “Arpão”

Combate ao terrorismo e à proliferação de ADM

As fragatas portuguesas participam, desde 2001, na operação *Active Endeavour* da NATO, que decorre no mediterrâneo e no mar vermelho, com o objetivo de prevenir ataques terroristas e a proliferação de ADM.

Ainda no corrente ano, o submarino *Arpão* (fig. 4) vai estreitar-se nesta operação, sendo de destacar as suas capacidades de ver sem ser visto, que lhe permitirão recolher informações essenciais para o combate a atividades ilícitas no mar.

Os fuzileiros estão integrados na *International Security Assistance Force* (ISAF) da NATO, contribuindo para a formação das forças de segurança do Afeganistão e para a proteção de infraestruturas críticas naquele país, como é o caso do aeroporto de Kabul (fig. 5).



Fig. 5 - Fuzileiros em missão na ISAF

Vigilância, fiscalização e imposição da lei

O combate ao narcotráfico e à imigração ilegal envolve, para além das unidades navais, meios operacionais da Autoridade Marítima operados pela Polícia Marítima, em colaboração com agentes da Polícia Judiciária, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da GNR e da agência de gestão e controlo das fronteiras externas da UE (FRONTEX).

Por outro lado, a par da deteção de ilícitos de poluição do mar, a fiscalização da pesca é das tarefas mais relevantes para o país, pois contribui para uma exploração sustentável dos recursos marinhos. Por ano, a Marinha realiza cerca de 18 000 vistorias (fig. 6).



Fig. 6 - Ação de fiscalização de pesca

Salvaguarda da vida humana no mar

As operações de busca e salvamento marítimo (fig. 7) constituem um excelente exemplo de atuação coordenada e colaborativa com outras entidades, em especial com a Força Aérea Portuguesa (FAP), mas, também, com o INEM, a PSP e a Proteção Civil. Por ano, são salvas cerca de 1500 vidas no mar e realizadas cerca de 200 evacuações médicas, com a incedível e indispensável cooperação da FAP.

Assinalamento marítimo

A Marinha opera e mantém uma rede de 53 faróis (fig. 8) e 500 farolins, bóias e balizas, bem como diversos sistemas de



Fig. 7 - Lancha salva vidas "Vigilante"

radio-ajudas à navegação (e.g. o *Differential Global Positioning System* (DGPS)).

Estes meios alertam os navegantes para os perigos e apoiam-nos na determinação precisa da sua posição, evitando acidentes que podem ter impactos devastadores no ambiente e na economia ligada ao turismo e às pescas.

Combate à poluição do mar

A Marinha é responsável, a nível nacional, pela coordenação do "Plano Mar Limpo", cuja finalidade é dar uma resposta articulada aos incidentes de poluição no mar, realizando cerca de 30 ações de preservação e limpeza por ano (fig. 9).



Fig. 8 - Farol do cabo de São Vicente

O contexto estratégico do desenvolvimento nacional

Depois de abordadas algumas das atividades da Marinha que mais contribuem para a segurança nacional, importa agora refletir sobre o segundo tema deste artigo: o *desenvolvimento*.

Conceptualmente, o desenvolvimento dos Estados pode ser traduzido em duas expressões principais: o *bem-estar*, proporcionado pela economia; e o *progresso*, alicerçado na justiça social e na capacitação dos cidadãos, para as quais contribui, entre outros aspetos, a ciência e a cultura.



Fig. 9 - Ação de combate à poluição do mar

Desde há alguns anos que Portugal se encontra numa encruzilhada em termos de crescimento económico, o que sugere a necessidade de uma aposta estratégica em áreas de elevado potencial de valor acrescentado e que sejam verdadeiramente distintas, para fazer face à forte concorrência do mercado global. É neste contexto que, depois de se abordar a economia marítima, fator determinante em razão do modo como pode concorrer para o desenvolvimento de Portugal, se apontarão algumas iniciativas concretas em que a Marinha, no âmbito da sua função de “Desenvolvimento económico, científico e cultural”, está ativamente envolvida.

A economia marítima

A importância atual do mar para a economia de Portugal pode ser ilustrada recorrendo a alguns indicadores chave:

- 70% das importações e 100% do petróleo chegam-nos por via marítima;
- 90% dos turistas que nos visitam procuram a faixa costeira;
- Em termos de dimensão territorial, Portugal ocupa a 111.^a posição a nível mundial. Todavia, comparando os espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, Portugal situa-se na 11.^a posição, à frente de países como a China, a Índia ou a Alemanha.

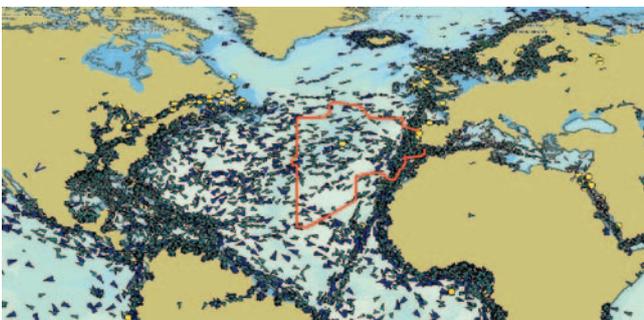


Fig. 10 - Tráfego marítimo mundial (área a vermelho representa o limite exterior dos espaços marítimos sob soberania, jurisdição ou responsabilidade de Portugal)

Conforme se pode constatar na figura 10, o mar português é atravessado pelas principais rotas do tráfego marítimo mundial. A centralidade e a dimensão destes espaços marítimos conferem

a Portugal uma posição geoestratégica de relevo, que importa saber aproveitar.

Estudos recentes apontam para um elevado potencial de crescimento do *hypercluster* da economia do mar, estimando-se que, em 2025, possa vir a representar cerca de 10 a 12% do PIB e do emprego nacional. Neste conceito de *hypercluster*, desenvolvido nos estudos da SaeR, sob a liderança do emérito e saudoso Prof. Ernâni Lopes, incluem-se atividades como o transporte marítimo, a logística portuária, a construção e a reparação navais, o desporto e o turismo náutico, a aquicultura, a pesca e a indústria do pescado, as energias renováveis e a exploração de outros recursos.

O contributo da Marinha

O contributo da Marinha para o desenvolvimento de Portugal tem uma forte componente económica, diretamente ligada ao projeto de Extensão da Plataforma Continental (EPC) e às atividades de apoio logístico naval, que englobam os programas de construção e de reparação naval.



Fig. 11 - Cadetes da Escola Naval

Porém, esse contributo é muito mais vasto, porque, como a seguir de evidência, nele não podem deixar de ser considerados a valorização académica e técnica dos seus efetivos, a investigação e desenvolvimento (I&D) e a preservação e divulgação do património cultural, fatores essenciais ao desenvolvimento de qualquer país.

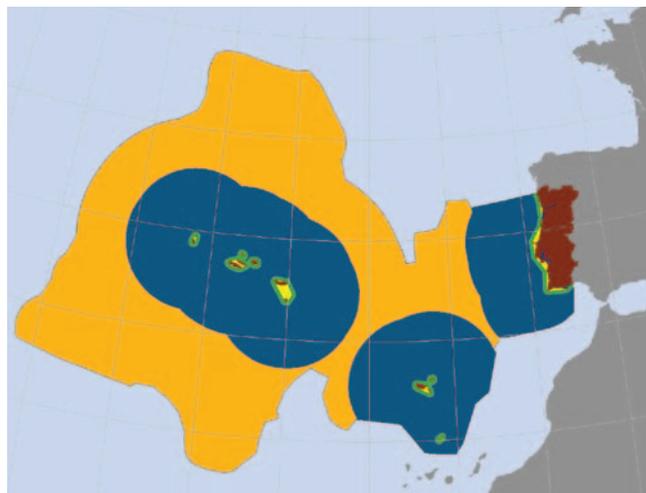


Fig. 12 - Áreas marítimas de EPC (a laranja) e ZEE (a azul)

Na componente económica:

A valorização dos recursos humanos, através da formação naval e marítima, ministrada na Escola Naval (fig. 11) e nos órgãos do Sistema de Formação Profissional da Marinha, confere ao nosso pessoal um conhecimento académico e técnico ímpar, indispensável para potenciar o desenvolvimento económico de Portugal através do mar.



Fig. 13 – Navio de Patrulha Oceânica “Viana do Castelo”, fabricado nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O projeto de EPC, que incluiu uma missão de mais de 1000 dias de mar, na qual a Marinha colocou os seus meios, experiência e saber ao serviço de Portugal, permitindo reclamar, junto da ONU, de forma sustentada, uma área acrescida de 2 milhões Km². Depois de aprovado este processo de extensão, Portugal passará a exercer a soberania sobre o solo e o subsolo marinho, numa área 40 vezes superior ao seu território (fig. 12), com elevado potencial de exploração de minério, hidrocarbonetos e produtos de biotecnologia.

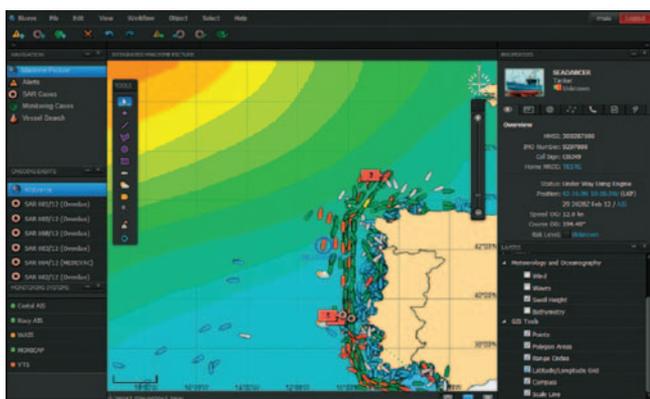


Fig. 14 - Oversee: parceria entre a Critical Software e a Marinha

A construção e a reparação naval são duas áreas em que a Marinha pode atuar como um parceiro estratégico para a sustentação e internacionalização dos estaleiros nacionais, colaborando com a sua capacidade de engenharia e promovendo os navios fabricados em Portugal (fig. 13) junto de potenciais mercados, designadamente o dos países lusófonos.



Fig. 15 - Fundeamento de instrumentação oceanográfica, pelo navio hidrográfico “Almirante Gago Coutinho”

As parcerias com a indústria nacional são o instrumento através do qual a Marinha apoia o desenvolvimento, a inovação e a comercialização dos produtos nacionais. Neste âmbito, salientam-se dois casos de sucesso:

- O Sistema Integrado de Controlo de Comunicações (SICC), desenvolvido numa parceria entre a EID, empresa do grupo EMPORDEF, e a Marinha, e devidamente comprovado nas fragatas portuguesas, que o divulgaram durante a sua participação nas missões da NATO, sendo hoje utilizado em várias marinhas de referência;
- O Oversee (fig. 14), sistema de informação que permite incrementar a capacidade de vigilância marítima, mitigando a exiguidade de meios para exercer presença na imensidão do nosso espaço marítimo, e que valeu à Critical Software, em 2012, o reconhecimento internacional como empresa inovadora.

Na componente científica:

A investigação científica aplicada realizada pelo Instituto Hidrográfico nas áreas de monitorização (fig. 15), caracterização e previsão ambiental, permite produzir e divulgar informação relativa à agitação marítima, previsão de marés, correntes, ondulação e rebentação junto à costa, de grande utilidade para a navegação, pesca e turismo náutico.

Os projetos de I&D realizados sob coordenação do Centro de Investigação Naval (CINAV), em áreas tão diversas como as engenharias, a história e a estratégia marítimas, a saúde naval e a segurança marítima, envolvem múltiplas parcerias com universidades e centros de investigação nacionais e internacionais. Nesta vertente, destaca-se o projeto *Defense Against Terrorism – Harbour Protection*, totalmente financiado pela NATO e liderado pela Marinha, em parceria com um consórcio nacional formado pela Edisoft e várias universidades portuguesas.

Na componente cultural:

A preservação e a divulgação do património cultural são realizadas através do Museu de Marinha, do Planetário Calouste Gulbenkian (fig. 16), do Aquário Vasco da Gama, da Revista da Armada e de vários outros órgãos culturais, que, ao estimularem uma íntima e permanente relação dos portugueses com

os oceanos, conferem ao nosso povo uma mentalidade e uma identidade eminentemente marítimas, essenciais para influenciar a vontade coletiva de explorar o potencial do mar português.

Conclusões

A relação de interdependência entre a segurança e o desenvolvimento é um fator incontornável na implementação de políticas públicas destinadas a acautelar os interesses nacionais.

A Marinha, através do saber, da experiência e do conhecimento das pessoas que nela servem, tem um papel decisivo a desempenhar em ambas as vertentes, garantindo, por um lado, que Portugal é capaz de usar o mar com segurança na justa medida dos seus interesses, e, por outro, que o desenvolvimento económico, científico e cultural em contexto marítimo tem todas as condições para progredir.

Ciente da sua condição de *parceiro indispensável para a ação de Portugal no mar*, a Marinha assume claramente uma postura colaborativa com todas as entidades públicas e privadas, e promove uma ação conjunta e coordenada, que procura evitar a redundância de esforços e a duplicação de capacidades.

Desta forma a Marinha contribui, com eficácia e eficiência, para o livre uso do mar ao serviço do interesse nacional, numa perspetiva que se ambiciona de crescente segurança e progressivo desenvolvimento.

António Silva Ribeiro
Contra-almirante
Sérgio Silva Pinto
Capitão-de-fragata

Nota: Os autores escrevem segundo o novo acordo ortográfico



Fig. 16 – Museu de Marinha e Planetário Calouste Gulbenkian

NOTÍCIAS SOLTAS

45 ANOS DEPOIS



Comemorando os 45 anos da viagem de fim de curso, o 10.º e 11.º CFORN's decidiram voltar aos Açores onde haviam estado em 1967, a bordo das fragatas “Corte Real” e “Diogo Cão”.

Estiveram nas ilhas de S.Miguel, Faial, Pico e Terceira entre 18 e 25 de Julho de 2012. Em Ponta Delgada, tiveram oportunidade de conviver com o Núcleo da AORN, bem como com todos os oficiais de Marinha em serviço naquela cidade e ilha, ocasião também aproveitada pela presença, em visita oficial, do Almirante Vice-CEMA Carvalho de Abreu, num jantar no Clube Naval.

Serveu igualmente para estreitar relações com aquele Núcleo, assim como rever camaradas da RN e alguns oficiais do quadro com quem a RN privou ao longo de muitos anos.



O 16.º CFORN

Foi o primeiro curso realizado no ano de 1970 que, a exemplo de anos anteriores seria assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.

O 16.º CFORN foi alistado em 21 de Janeiro de 1970 e incorporou 63 cadetes assim distribuídos pelas várias classes: 35 cadetes na classe de Marinha, 1 cadetes na classe de Engenheiros Construtores Navais, 2 cadetes na classe de Farmacêuticos Navais e 25 cadetes na classe de Fuzileiros.

Dos cadetes Fuzileiros que, ao longo da 2.º ciclo de instrução do CFORN haviam frequentado o Curso de Especialização em Fuzileiro Especial, 21 foram considerados especializados e portanto aptos a integrar os DFE's.

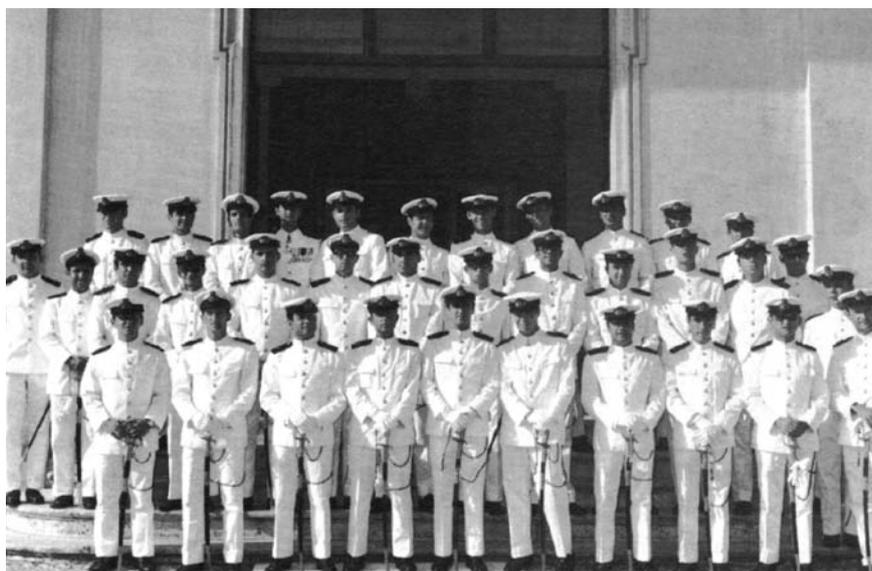
Comandava a Escola Naval o Comodoro Carlos Alberto Teixeira da Silva que, a meio do ano foi substituído no cargo pelo Contra-Almirante Pedro Fragoso de Matos.

Foi Director de Instrução do curso o CTEN Pedro Pinto Basto de Sá e Azevedo Coutinho.

No final do período de instrução, o Prémio "Reserva Naval" foi entregue ao cadete da classe da classe de Marinha, José Filipe de Melo e Castro Nobre Guedes.



O Contra-Almirante Pedro Fragoso de Matos, Comandante da Escola Naval



A foto de família da classe de Marinha do 16.º CFORN na portaria da Escola Naval

CLASSE DE MARINHA

António José Coelho da Costa Peça
António José Marques Lima Rebelo
António Gualdim Godinho de Queiroz e Melo
António Joaquim Simões Vasco
António Francisco Lourenço Escudeiro
Carlos Manuel Pedro Saraiva Frazão
Carlos Augusto Escoval Bom
Carlos Pedro Amorim Marques da Silva
David Manuel Catela Pais Mousinho
Duarte José de Melo Borges Coutinho
Emídio Infante Pedroso
Fausto Hidalgo do Nascimento
Fernando Gomes Ferreira dos Reis
Francisco Picão Barradas
Francisco de Oliveira de Castro Paradela
João Carlos Durão Lopes Saraiva
José Luís Câmara Alves
José Barrera Matos Lima

José Miguel Bourbon de Sequeira Braga
José Maria Cerqueira Gonçalves
José Manuel Pacheco Rego Costa
José Joaquim Freire Moreira Proença
José Filipe de Melo e Castro Nobre Guedes
José Paulo d'Orey Menano
José António Carvalho Ferreira Cardoso
José de Araújo Guedes
José Maria Trigo Corrêa de Barros
Luís Manuel de Oliveira Calleya
Luís Filipe Marinho da Cruz Cardim
Manuel Miranda Saraiva
Manuel Ferrão de Castelo Branco
Mário Paulo Lopes Travassos Martins
Nuno Pizarro de Campos Magalhães
Oswaldo Guerra Rodrigues
Reinaldo José Fernandes Mendes Barata

CLASSE DE ENGENHEIROS CONSTRUTORES NAVAIS

Pedro Eduardo Leal Barbosa Rodrigues

CLASSE DE FARMACÊUTICOS NAVAIS

João Manuel Castanheira Belo Martins
Luís Filipe Ferrão Teodoro

Este prémio destinava-se a galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.

Durante o ano de 1970, para a prossecução do plano de modernização da Marinha, conjuntamente com a necessidade de reforçar os meios navais empenhados na Guerra do Ultramar, foram aumentados ao efectivo dos navios da Armada as corvetas "General Pereira d'Eça", "Jacinto Cândido", "João Coutinho" e "Augusto

Castilho", os navios-patrolhas "Geba" e "Quanza", e as LFP's "Sirius" e "Vega".

No ano seguinte, vieram reforçar aquele dispositivo a corveta "Honório Barreto", o navio-patrolha "Zaire" e a LDG "Alabarda".

No decorrer do mesmo ano de 1970, foram abatidos ao mesmo efectivo a fragata "Pacheco Pereira", os navios-patrolha "Madeira", "Príncipe" e "S. Tomé" e o navio-hidrográfico "Almirante Schultz".



O Director de Instrução, CTEN Pedro Pinto Basto de Sá e Azevedo Coutinho



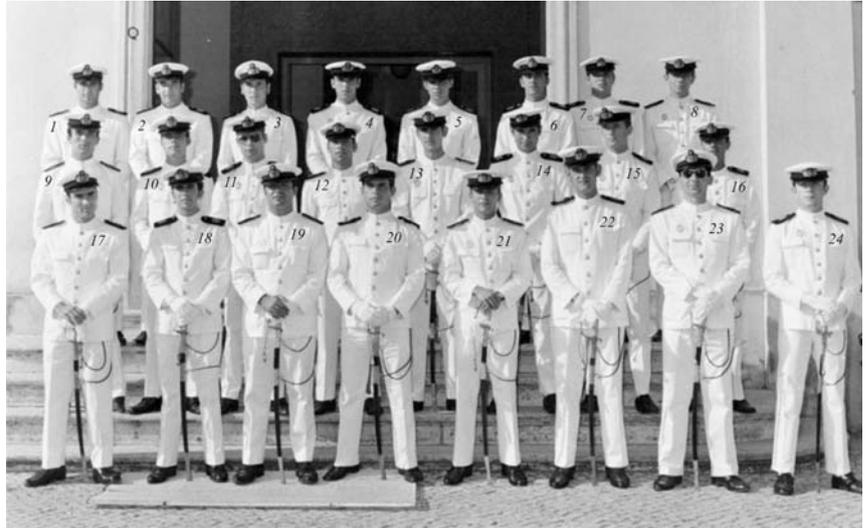
O cadete RN José Filipe de Melo e Castro Nobre Guedes, Prémio Reserva Naval

Já em 1971, seguiram o mesmo caminho a fragata “*Nuno Tristão*”, o caça-minas “*Santa Maria*”, o navio-patrolha “*Santo Antão*” e a LFP “*Tete*”.

Muitos dos oficiais da Reserva Naval deste curso desempenharam missões e viriam a fazê-lo em navios, quer nos entretanto abatidos quer nos aumentados ao efectivo, todos eles tendo representando um papel relevante na História da Reserva Naval.

Em Novembro de 1970 teve lugar a operação “*Mar Verde*” a Guiné Conakry. Entre as unidades navais participantes, contaram-se as LFG’s “*Orion*” (onde embarcou o comandante da operação, o CTEN Alpoim Calvão), “*Hidra*”, “*Cassiopeia*” e “*Dragão*”.

Integraram ainda aquela força as LDG’s “*Bombarda*” e “*Montante*” onde embarcaram mais de 600 homens, entre os quais o DFE 21.



O registo de família da classe de Fuzileiros do 16.º CFORN

CLASSE DE FUZILEIROS

- | | |
|--|--|
| 1 - José Maria da Costa Vilar Gomes | 14 - João Conde Figueiral Rebelo |
| 2 - Carlos Alberto de Oliveira Quelhas | 15 - António da Silva Garrido |
| 3 - Manuel Almeida Efigénio | 16 - José Diogo Coelho da Silva Passos |
| 4 - Francisco José Bordalo Martins Domingues | 17 - Manuel Augusto Tavares dos Santos |
| 5 - Luís Manuel das Dores Ricardo | 18 - Artur Eduardo Chaves da Fonseca |
| 6 - Jaime Manuel Gamboa de Melo Cabral | 19 - José Augusto Antunes Capucha |
| 7 - Eduardo Rui Gago de Carvalho e Cunha | 20 - José Alves Leal |
| 8 - Pedro Henrique Malheiro Ribas de Meneses | 21 - José Manuel de Oliveira Dias da Silva |
| 9 - Joaquim Borges Aires | 22 - António Carlos Sobral Pinto Ribeiro |
| 10 - António Manuel Mateus | 23 - Manuel Júlio de Faria Alcobia Graça |
| 11 - Avelino Jorge da Silva Oliveira | 24 - Francisco Luís Saraiva de Vasconcelos |
| 12 - Manuel António Afonso Lopes | Em falta: Armando Nogueira Nicolau Espadinha |
| 13 - Avelino Fernandes da Silva Mendes | |

Contrariamente à habitual ida para o Ultramar dos elementos que terminavam as respectivas formações verificou-se que, na data de promoção a Sub-tenente após doze meses de serviço efectivo na Marinha, 22 dos 35 oficiais da classe de Marinha deste curso, ainda não tinham mobilizados.

Seguiram para comissões muitos dos seus elementos, como Comandantes, Oficiais Imediatos de navios, Oficiais de Guarnição,

integrando Companhias e Destacamentos de Fuzileiros ou Unidades e Serviços em terra, tendo sido designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:

Guiné (11 Oficiais):

2TEN RN Duarte José de Melo Borges Coutinho na LDG “*Alfange*”, 2TEN RN Fausto Hidalgo do Nascimento na LDP “*Aldebaran*”, 2TEN RN Francisco Picão



Carlos Marques da Silva, LFP “*Marte*”



Emídio Infante Pedroso, LFP “*Altair*”



Fausto Hidalgo do Nascimento, LFP “*Aldebaran*”

Barradas na LFP “Alvor”, 2TEN RN José Luís Câmara Alves na LFG “Argos”, 2TEN FZE RN Carlos Alberto de Oliveira Quelhas e 2TEN FZE RN Manuel Almeida Efigénio no DFE 13, 2TEN FZE RN Francisco Luís Saraiva de Vasconcelos, e 2TEN FZE RN Jaime Manuel Gamboa de Melo Cabral no DFE 21, 2TEN FZE RN José Maria da Costa Vilar Gomes no DFE 8, 2TEN FZE RN Manuel António Afonso Lopes e 2TEN FZE RN Pedro Henrique Malheiro Ribas de Meneses no DFE 22.

Cabo Verde (1 Oficial):

2TEN RN Francisco de Oliveira de Castro Paradela na LF “Dom Jeremias”.



A LFP “Dom Jeremias” em Cabo Verde



Francisco Picão Barradas, LFP “Alvor”

Juramento de bandeira do 16.º CFORN na parada da Escola Naval

Angola (12 Oficiais):

2TEN RN António José Marques Lima Rebelo na LFP “Júpiter”, 2TEN RN Carlos Augusto Escoval Bom na fragata “Alvares Cabral”, 2TEN RN Emídio Infante Pedroso na LFP “Altair”, 2TEN RN José Maria Trigo Corrêa de Barros na LDG “Ariete”, 2TEN RN Nuno Pizarro de Campos Magalhães na LFG “Centaurus”, 2TEN FZ RN António Carlos Sobral Pinto Ribeiro e 2TEN FZE RN José Manuel de Oliveira Dias da Silva na CF 5, 2TEN FZE RN António da Silva Garrido e 2TEN FZE RN José Alves Leal no DFE 6, 2TEN FZE RN Armando Nogueira Nicolau Espadinha no DFE 10, 2TEN FZ RN Avelino Fernandes da Silva Mendes na CF 7 e 2TEN FZ RN Francisco José Bordalo Martins Domingues na CF 9.

Moçambique (12 Oficiais):

2TEN RN António José Coelho da Costa Peça na LFP “Vega”, 2TEN RN Carlos Pedro Amorim Marques da Silva na LFP “Marte”, 2TEN RN José Miguel Bourbon de Sequeira Braga no navio-auxiliar “Sam Brás”, 2TEN RN Manuel Ferrão de Castelo Branco na LFP “Sirius”, 2TEN FZE RN António Manuel Mateus e 2TEN FZE RN Avelino Jorge da Silva Oliveira no DFE 7, 2TEN FZ RN Artur Eduardo Chaves da Fonseca, 2TEN FZ RN Eduardo Rui Gago de Carvalho e Cunha e 2TEN FZ RN João Conde Figueiral Rebelo na CF 10, 2TEN FZ RN José Diogo Coelho da Silva Passos e 2TEN FZ RN Manuel Augusto Tavares dos Santos na CF 2 e 2TEN FZE RN Luís Manuel das Dores Ricardo no DFE 5.

Continente, Ilhas e Outras Unidades

(27 Oficiais):

2TEN RN António Gualdim Godinho de Queiroz e Melo, 2TEN RN António Francisco Lourenço Escudeiro, 2TEN RN José Maria Cerqueira Gonçalves e 2TEN RN Luís Manuel de Oliveira Calleya na Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações, 2TEN RN António Joaquim Simões Vasco e 2TEN RN Reinaldo José Fernandes Mendes Barata no Estado-Maior da Armada, 2TEN RN Carlos Manuel Pedro Saraiva Frazão e 2TEN RN João Carlos Durão Lopes Saraiva na fragata “Almirante Pereira da Silva”, 2TEN RN David Manuel Catela Pais Mousinho na LF “Bicuda”, 2TEN RN Fernando Gomes Ferreira dos Reis no navio-patrolha “Porto Santo”, 2TEN RN José Barrera Matos Lima

no navio-patrolha “Stº André”, 2TEN RN José Manuel Pacheco Rego Costa na LF “Azevia”, 2TEN RN José Joaquim Freire Moreira Proença na Base Naval de Lisboa, 2TEN RN José Filipe de Melo e Castro Nobre Guedes na LF “Albufeira”, 2TEN RN José Paulo d’Orey Menano no Comando Naval do Continente, 2TEN RN José António Carvalhão Ferreira Cardoso no navio draga-minas “Lagoa”, 2TEN RN José de Araújo Guedes no navio-patrolha “Geba”, 2TEN RN Luís Filipe Marinho da Cruz Cardim no Grupo n.º 2 de Escolas da Armada (Escola de Artilharia Naval), 2TEN RN Manuel Miranda Saraiya na fragata “Comandante João Belo”, 2TEN RN Mário Paulo Lopes Travassos Martins no Grupo n.º 2 de Escolas da Armada, 2TEN RN Osvaldo Guerra Rodrigues na Direcção do Serviço de Pessoal – 1.ª Rep., 2TEN ECN Pedro Eduardo Leal Barbosa Rodrigues na Direcção das Construções Navais, 2TEN FN RN João Manuel Castanheira Belo Martins e 2TEN FN RN Luís Filipe Ferrão Teodoro no Hospital de Marinha, 2TEN FZ RN Joaquim Borges Aires e 2TEN FZ RN



A fragata “Comandante João Belo”

José Augusto Antunes Capucha na Escola de Fuzileiros e 2TEN FZ RN num Pelotão de Fuzileiros (não identificado).

A partir de Setembro de 1972, os oficiais do 16.º CFORN começaram a ser licenciados, tendo ingressado nos Quadros Permanentes, na classe de Fuzileiros, os 2TEN FZE RN António Manuel Mateus, 2TEN FZE RN José Manuel de Oliveira Dias da Silva e 2TEN FZE RN Carlos Alberto de

Oliveira Quelhas, tendo os dois primeiros atingido o posto de capitão de mar-e-guerra. O último foi licenciado por invalidez resultante de acções em campanha.

Este artigo foi compilado a partir do Anuário da Reserva Navais dos Comandantes Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado; Dicionário de Navios, Comandante Adelino Rodrigues da Costa, 2006; Arquivo de Marinha; Revista da Armada; fotos de curso cedidas pelo CMG FZ José Manuel de Oliveira Dias da Silva; fotos restantes de arquivo do autor do blogue com cedências de origens diversas.

Manuel Lema Santos
8.º CEORN

A LDP 208 no Rio Zambeze, em Angola

O Rio Zambeze, um dos grandes rios de Moçambique e de África, atravessa o extremo leste de Angola no saliente do Cazombo, pouco depois da sua nascente em território zambiano. Em Caripande, o rio Zambeze deixa o território angolano voltando a território da Zâmbia.

Na sua margem esquerda, mais concretamente no Chilombo, esteve baseado o Destacamento de Marinha do Zambeze (DESTACMARZAMBEZE), que a par do Destacamento de Marinha do Lungué Bungo (DESTACMARLUNGUE) e do Destacamento de Marinha do Rivungo (DESTACMARRIVUNGO) constituíam

as Forças de Marinha no Leste de Angola.

O Destacamento de Marinha do Zambeze integrava um Destacamento de Fuzileiros Especiais, um Pelotão de uma Companhia de Fuzileiros, uma Lancha de Desembarque Pequena, a LDP 208, e uma Lancha de Transporte, a Caripande.

No saliente do Cazombo, estavam aquarteladas várias unidades do Exército, de entre as quais o Comando do Sector e do Batalhão na povoação do Cazombo, uma Companhia na Lumbala Velha, uma Companhia na Lumbala Nova, e um Pelotão reforçado no Posto Fronteiriço de Caripande.

A LDP 208 foi transportada para o rio Zambeze – Chilombo, seccionada em três partes, primeiro de comboio, no conhecido Caminho de Ferro de Benguela, desde o Lobito até Vila Teixeira de Sousa e depois em coluna militar durante vários dias até ao Chilombo. Durante a paragem em Teixeira de Sousa, esta Vila sofreu um ataque



Chilombo, Kimbo

violento. Foi determinante a iniciativa do Marinheiro Artilheiro que acompanhava a lancha que resolveu abrir fogo com a peça Oerlinkon montada numa das partes da LDP. Naquela Vila considerava-se que a sua acção tinha evitado um banho de sangue dado que os habitantes não estavam preparados para situações como aquela e porque os atacantes vinham anestesiados com drogas e armados principalmente com armas brancas.

No Chilombo, depois de os técnicos do Serviço de Assistência Oficial vindos de Luanda agruparem as três partes, a LDP 208 ficou operacional e começou a cumprir a sua missão de transporte de carga e de pessoal.

Navegou entre o Cazombo e Caripande, mas fundamentalmente entre o Chilombo e Caripande. O caudal de água do rio Zambeze diminuía significativamente na época seca deixando o seu leito a descoberto em várias zonas. A navegação para montante em direcção ao Cazombo estava limitada a dois meses por ano, exigindo mesmo assim muitos cuidados, muita sondagem, muitas paragens, algum risco pessoal e material. Entre o Chilombo e a Lumbala a navegação era possível durante quase todo o ano. Já para jusante em direcção a Caripande só eram garantidos três a quatro meses de navegação com carga embarcada.

A guarnição da LDP 208 era constituída por um Cabo Manobra, o Patrão, por um Marinheiro Fogueiro e por um Marinheiro Artilheiro.

A navegar embarcava uma secção de fuzileiros e um oficial, normalmente o Comandante do Pelotão de Apoio; em algumas circunstâncias como, por exemplo, nas idas ao Cazombo, a lancha era escoltada por uma secção de botes.

A LDP 208 armava com uma peça Oerlinkon de 20 mm instalada numa torre montada ligeiramente para vante e por cima da “ponte” e com duas MG3 instaladas no poço a meio navio, uma a cada bordo.

O poço da LDP 208 era fechado e sobre-elevado por forma a permitir o transporte de pessoal em pé e com protecção.

A velocidade da lancha era muito baixa e o ruído do motor permitia a sua detecção a grande distância o que associado à sua pouca manobrabilidade e à pouca largura do rio tornava as navegações ao mesmo tempo perigosas e maçadoras.

No início dos anos 70 um Pelotão reforçado da Companhia sediada na Lumbala Nova “assegurava a presença portuguesa” na fronteira. Rendia de três em três meses. Representava o pior destino possível

perfurada por um tiro de que resultaram estilhaços que feriram o respectivo apontador, o MAR FZE Dias.

Este, apesar de ferido, desceu ao poço da Lancha e conseguiu fazer mudar a outra MG3 para estibordo acabando por conseguir impor supremacia de fogo e ganhar tempo para que a lancha, habilmente manobrada pelo respectivo Patrão, o Cabo Manobra Sabino, se afastasse da zona de morte.



Chilombo, LDP 208/LF Caripande

na região: sujeito a fogo de morteiro quase todas as noites a partir de território da Zâmbia obrigando a pernoita nos abrigos; reabastecimento muito difícil pelas limitações das vias de comunicação – o rio, que só era navegável com a LDP 208 durante três meses do ano, uma picada intransitável e com muitas minas, e uma aeronave que uma vez por semana (nem sempre) sobrevoava baixo para largar correio e uns poucos kilos de carne; sem população. Representava um verdadeiro desterro.

Em meados de 1971 a LDP 208 sofreu um ataque com armas de tiro curvo e tiro tenso numa curva do rio quando o subia em direcção à Lumbala Nova, depois de ter reembarcado cerca de cem militares que regressavam de uma operação de nomadização. A peça encravou depois da primeira rajada em consequência do fino e quase invisível pó que permanentemente pairava sobre o rio. O poço da lancha quase não permitia movimento no seu interior.

A MG3 de estibordo, o exposto ao ataque, também encravou. A Bazooka foi

O reabastecimento do Destacamento de Marinha no Zambeze e das unidades do Exército estacionadas nas Lumbalas e em Caripande era assegurado quase exclusivamente por avião Nord Atlas da FAP que voava a partir do Luso em direcção à Lumbala Nova uma vez por semana (em princípio).

Para além do lançamento e da recolha de grupos de combate das Companhias do Exército, cabia essencialmente à LDP 208 fazer chegar ao Chilombo e a Caripande a carga transportada pelo avião.

As navegações para Caripande são justamente motivo de especial orgulho pessoal e de sentimento de dever cumprido por parte das guarnições da LDP 208. Asseguravam durante três meses por ano o reabastecimento semanal e o reabastecimento de bens não perecíveis e de necessidades em material para o resto do ano viabilizando a sobrevivência dos militares ali estacionados.

*J.M.Dias da Silva
16.º CFORN*

UM PONTO DE SITUAÇÃO

Economia do Mar:

um domínio com potencial estratégico de desenvolvimento para Portugal e para a Europa

José Poças Esteves e
Fernando Ribeiro e Castro



No presente contexto económico, financeiro e político de Portugal e da Europa, o crescimento económico é condição essencial, para Portugal, mas também o é para uma Europa que se pretenda de futuro.

No lado Português, a economia está a sofrer um processo de grande ajustamento e é preciso encontrar novos modelos de desenvolvimento e novos recursos e competências onde basear esse imprescindível crescimento económico.

Os novos modelos de desenvolvimento económico em afirmação no quadro global e que se irão impor no pós-crise exigem o abandono de modelos de “economias completas” e a constituição de modelos de “economias globais competitivas por sectores”, isto é, exigem estratégias “neo-ricardianas” baseadas nas condições de competitividade de cada país ou região. Torna-se, assim, imperiosa a identificação das vocações competitivas dos diferentes sectores da economia portuguesa e as suas condições de atractividade externa, por forma a identificar quais os domínios da actividade económica portuguesa que permitirão alcançar os níveis de crescimento económico exigido para uma afirmação internacional.

Neste contexto, o mar é, de facto, para Portugal, um dos grandes, se não o maior recurso natural estratégico. A nossa Zona Económica Exclusiva é cerca de dezoito vezes maior que o nosso território continental. Com o alargamento da nossa plataforma marítima continental, podemos vir a atingir uma dimensão de território marítimo superior em vinte e três vezes o território terrestre. Muitos dos recursos naturais existentes no mar, ao nível da superfície, mas também ao nível do fundo do mar, têm um nível de procura e de atractividade externa elevadas. **Se o país tem de encontrar formas de crescer economicamente a taxas adequadamente elevadas (na ordem dos 4-5% ou superiores) só com recurso a domínios da actividade económica que tenham este nível de crescimento da procura externa será possível conseguir esses ritmos. Vários desses sectores podem resultar do aproveitamento do mar português. Seria uma total falta de senso nacional se o País não aproveitasse, como já o fez no passado histórico, este grande recurso nacional que é o mar.**

Para além da possibilidade de criação de condições de sustentabilidade estrutural futura para a economia portuguesa e, por isso, de condições de potencial em termos de valor e poder, a economia do mar pode,

também, constituir-se como um desígnio e uma forte base para uma identidade histórica nacional.

A criação das condições de crescimento e desenvolvimento para Portugal exigem que a Europa se afirme como uma unidade económica também em crescimento adequado, como forma de poder continuar a assumir um papel no Sistema de Relações Internacionais. Para isso, a economia do mar é também para a Europa um recurso estratégico fundamental.

Hypercluster da Economia do Mar: uma visão, um plano e um instrumento para o desenvolvimento da economia portuguesa

O trabalho realizado pela SaeR em 2008, apresentado no início de 2009 e que culminou na conceptualização e numa proposta de desenvolvimento de um Hypercluster da Economia do Mar, definiu uma Visão, uma Estratégia e um conjunto de Planos de Acção. Constitui um instrumento e o ponto de partida de uma força propulsora e um catalisador capaz de organizar e dinamizar um conjunto de sectores com elevado potencial de crescimento e inovação na economia portuguesa e capacidade para atrair recursos e investimentos, nomeadamente externos, de qualidade e, assim, criar as condições para o arranque da transformação da economia portuguesa.

Winfloat, primeira plataforma flutuante mundial de produção de energia eólica offshore, ao sair do Sado a caminho da Aguçadoura, ao largo da Póvoa do Varzim

A Visão e a Estratégia

O estudo propõe uma visão de conjunto, com a estruturação e organização sistémica do hypercluster, em que cada componente tem o seu papel, no quadro de optimização do efeito conjunto, potenciando os efeitos de geração de cadeias de valor e eliminação de *leakage*, isto é, valor gerado mas não retido, para a economia portuguesa.

As linhas de orientação estratégica procuram concretizar a grande visão que deverá ser assumida por todos os actores estratégicos da economia portuguesa e, no fundo, como “designio nacional”, por toda a sociedade civil portuguesa: “**tor-nar Portugal, na viragem do 1.º para o 2.º Quartel do séc. XXI, num actor marítimo relevante, ao nível global**”.

Para a concretização desta visão, é determinante que se consigam dois objectivos estratégicos gerais, nomeadamente:

- **O Hypercluster da Economia do Mar constituir, ao longo do 1.º Quartel do séc. XXI um domínio estratégico impulsor do Desenvolvimento Económico e Social de Portugal;**
- **Portugal, no mesmo horizonte temporal, colocar-se como interlocutor credível, porque efectivo e inovador, na economia global do mar.**

Os Planos de Acção

A avaliação efectuada, o posicionamento estratégico e o papel a desempenhar por cada um dos componentes e as suas condições intrínsecas (que passam, entre outros factores, pela existência ou não,

de actores configuradores e dinamizadores das acções), conduziram a um *Master Plan* de acções, distribuídas por **quatro plataformas** diferentes de planos, para os **12 componentes do hypercluster**:

– **Planos Prioritários**, englobando os componentes com maiores condições de atractividade e competitividade e capacidades para servirem de motores, catalisadores e formatadores sistémicos do conjunto:

- Portos, Logística e Transportes Marítimos;
- Náutica de Recreio e Turismo Náutico;
- Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado;
- Visibilidade, Comunicação e Imagem/Culturas Marítimas;
- Produção de Pensamento Estratégico.

Pela importância do seu impacto potencial deve ainda incluir-se:

- Energia, Minerais e Biotecnologia.

– **Planos de Sustentação Imediata**, englobando os componentes fundamentais para o bom desempenho da “linha da frente”:

- Serviços Marítimos;
- Construção e reparação Navais;
- Obras Marítimas.

– **Planos de Alimentação**, englobando os componentes criadores de consistência e sustentabilidade a longo prazo, com um papel regenerador e inovador do conjunto:

- Investigação Científica, Inovação e Desenvolvimento;
- Ensino e Formação;
- Defesa e Segurança no Mar;
- Ambiente e Conservação da Natureza.

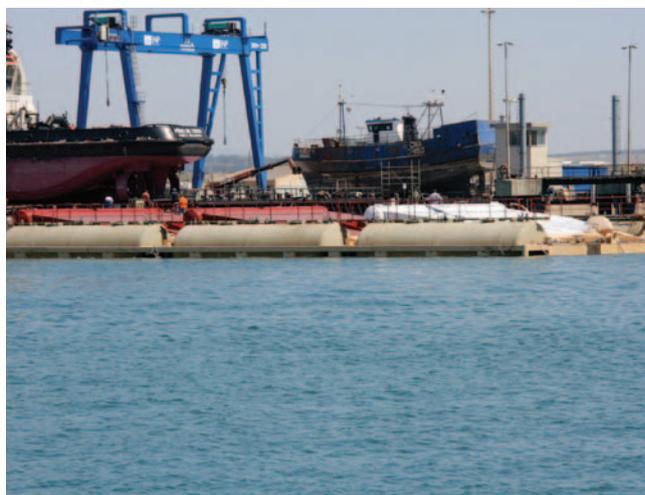
• **Plano Horizonte Mais/Meta-Oceano**, com carácter prospectivo e de longo prazo e criação das condições de continuidade da visão.

A concretização deste *Master Plan* e dos consequentes planos detalhados de acções, por componente, só será possível se, em conjunto, tiverem lugar um duplo conjunto de iniciativas, a implementar em paralelo, por forma a garantirem:

- **estruturação da actuação empresarial conjunta;**
- **enquadramento e facilitação macropolítica e de acção governamental.**

Para isso, foram propostas três medidas com carácter transversal, consideradas determinantes no caminho crítico para o sucesso da implementação do *hypercluster*:

- a constituição de um **Fórum Empresarial para a Economia do Mar**,
- a constituição de um **Conselho de Ministros Exclusivo para os Assuntos do Mar**, presidido pelo Primeiro Ministro e com um Gabinete Técnico de Apoio (um Resolução do Conselho de Ministros de Dezembro de 2009 vai neste sentido, ao alterar a constituição e funcionamento da Comissão Inter-Ministerial para os Assuntos do Mar;



Dois novos navios da Douro Azul em construção na Navalria

– a criação de **Legislação Especial e Exclusiva**, à semelhança de outras circunstâncias (*p.e.*, Expo 98) em que também esteve presente um desígnio nacional.

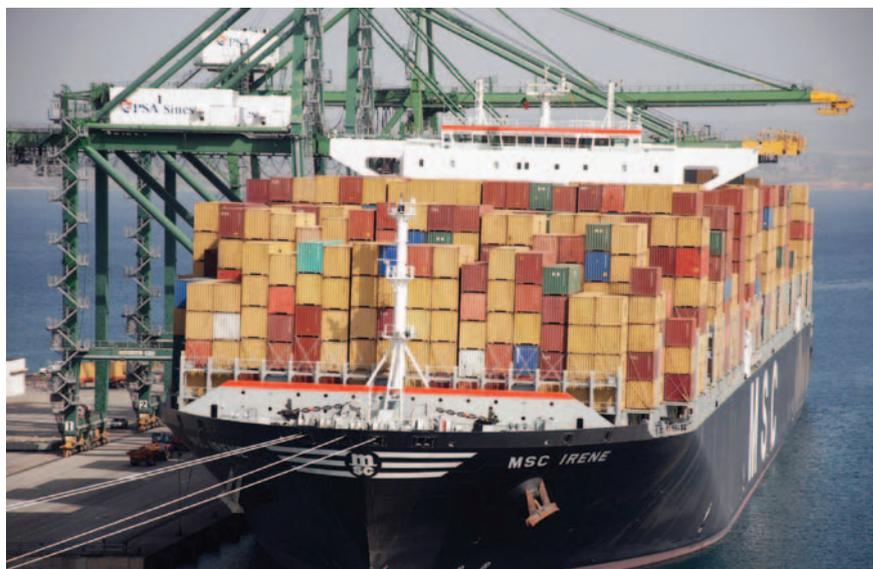
O Fórum Empresarial da Economia do Mar

Entre as primeiras concretizações do estudo conta-se a constituição, sob os auspícios da ACL (Associação Comercial de Lisboa) do Fórum Empresarial da Economia do Mar e que reúne hoje mais de 80 associados entre empresas dos diferentes sectores que compõem os 13 clusters do Hypercluster da Economia do Mar.

O Fórum Empresarial da Economia do Mar é uma associação empresarial criada para fazer com que sejam postas em prática as cerca de 90 linhas de acção previstas no estudo e com o objectivo de, até 2025, ser duplicada a percentagem do PIB relacionada com a economia do mar em Portugal.

Nesse sentido, as empresas associadas, agrupadas nos 13 componentes, têm vindo a desenvolver uma rede com as entidades públicas para que tal seja concretizado.

Os tempos não são os melhores. Com efeito, não só existem fortíssimas restrições a investimentos, quer públicos, quer privados, como as alterações e as expectativas de novas políticas provocaram alguma inacção no último ano. Espera-se, no entanto, um forte incremento a partir do próximo ano, não só porque, todos os



Super porta contentores em Sines

novos organismos deverão estar (finalmente...) em pleno, como se espera que comecem a surgir resultados práticos das novas medidas e, em especial, da Estratégia Marítima Europeia para o Atlântico, em que várias entidades nacionais têm vindo a colaborar num notável esforço de coordenação e cooperação.

Apesar de tudo, é de se realçar que alguns sectores da “Economia do Mar” têm estado a progredir com crescimento ao nível dos dois dígitos, o que é notável num país em recessão.

Tal se deve ao trabalho de alguns “teimosos” que procuram tirar partido, com sucesso, do gigantesco potencial de Portugal neste domínio. Infelizmente, a comunicação social, em geral, tem preferido outros temas, razão pela qual existe um sentimento geral de que “não se faz

nada”, o que não corresponde, de todo, à realidade.

No congresso do Fórum denominado “**Âncora – o mar com os pés assentes em terra**”, a realizar no próximo dia 22 de Outubro, no Centro de Congressos de Lisboa, irão ser mostrados alguns dos investimentos que têm vindo a ser realizados. A ideia é incentivar pelo exemplo: Estão, já, a dar dividendos aos seus promotores e procura-se que surjam mais investidores.

Para tal, é fundamental que o Governo ponha a funcionar em pleno todas as novas estruturas previstas, designadamente a CIAC – Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, assim como lançar o maior número possível de iniciativas previstas no projecto “Simplex do Mar” e que faça concluir os diversos planos de ordenamento.

Entre os sucessos já bem visíveis, poderemos citar:

- O notável crescimento em todos os portos portugueses, muitos deles a dois dígitos, batendo records sucessivos de movimentação de cargas, ao mesmo tempo que vão melhorando radicalmente a sua eficiência, fruto de uma gestão bem mais cuidada, articulação com as comunidades portuárias entretanto criadas e posta em prática de tecnologia inovadora, “made in Portugal”.
- O crescimento, também a dois dígitos, no movimento de navios de cruzeiros nos cinco principais portos deste sector (Lisboa, Funchal, Leixões, Ponta Delgada e Portimão).



Novo terminal de cruzeiros em Srª Apolónia, Lisboa

- O grande aumento na produção piscícola, em que se destaca a Pescanova, em Mira, e a Tunipex, em Olhão, entre outros investimentos de menor valor.
- A escolha de Portugal para grandes eventos náuticos, como a Tall Ships Lisboa, Volvo Ocean Race, XTream Sailing Series, campeonatos europeus e mundiais de várias modalidades de desportos náuticos, American's Cup, etc.
- Aposta no Turismo Náutico, com o surgimento de vários operadores turísticos em diferentes áreas, como é o caso de vela, mergulho, passeios turísticos, e de que a Douro Azul é a grande campeã.
- Desenvolvimento de tecnologias de apoio à segurança e vigilância marítima, quer apenas a nível nacional, quer participando em projectos internacionais, que têm vindo a ser desenvolvidas por universidades portuguesas (Lisboa, Porto, Algarve, Açores...) quer por empresas como a Edisoft, Tekever, Glintt, ESRI Portugal...
- Investimento nas energias renováveis off-shore, quer eólica, quer ondas.
- Prospecção offshore de petróleo e gás, de que se esperam resultados positivos no final do próximo ano.



Centro de investigação de aquacultura do IPIMAR, ao largo de Faro

- Esforço de internacionalização, exportando o "know-how" e capacidade nacionais, designadamente na construção de embarcações para Moçambique pelos Estaleiros Navais de Peniche, quer na construção de infra-estruturas portuárias em países africanos por parte de empresas de obras marítimas nacionais.

É ainda pouco? Podia ser mais? Claro que sim e tem que ser muito mais!

Todos temos de trabalhar para isso! Atualmente, o espaço marítimo português é de 2 milhões de quilómetros quadrados,

o que dá 20 hectares por português! Há muitas oportunidades a desenvolver para todos. Atração e procura externa existem, para os sectores da economia do Mar Português. Temos é de saber promover e orientar essa procura. Só assim a economia poderá crescer aos ritmos aceitáveis e teremos o Portugal que todos desejamos.

*José Poças Esteves,
SaeR
Fernando Ribeiro e Castro,
FEEM*



Volvo Ocean Race em Lisboa

“CREOULA” – 75 ANOS



Para nós, o NTM “*Creoula*” tem um duplo poder afectivo: por um lado, é a nossa ligação directa ao mar dezenas de anos depois de termos passado pela Armada; por outro, é a afectividade que nos liga “à arte de marear”. Na realidade, ele tem sido o verdadeiro “Navio da Reserva Naval”, por quem a Reserva Naval tem um carinho muito especial. Na passagem do seu 75º aniversário, não podíamos deixar de lhe prestar uma justa homenagem, como o fazemos a um nosso camarada de armas. Fazamos, pois, um brinde ao “*Creoula*”.

NAVEGAR ATÉ CASCAIS

Sete dezenas de sócios da Associação de Oficiais da Reserva Naval (AORN) e familiares embarcaram no passado dia 24 de Setembro de 2011 a bordo do NTM “*Creoula*”, no âmbito das actividades associativas e, em pleno acordo com a Marinha de Guerra Portuguesa, para uma viagem de recreio e confraternização até à Baía de Cascais.



O Chefe do Estado-Maior da Armada fez-se representar neste embarque de “saúde” dos antigos oficiais da Reserva Naval pelo seu chefe de gabinete, contra-almirante Braz da Silva.

O navio – um antigo veleiro bacalhoeiro, a mais antiga embarcação ao serviço da Armada Portuguesa – zarpou ao princípio da manhã da Base Naval do Alfeite, com tempo a ameaçar chuva, que rapidamente se desvaneceu, abrindo o sol, que acompanhou os antigos “marujos” e acompanhantes até ao fim do dia, no regresso à base.

Sob o comando do capitão-de-fragata Cornélio da Silva, e tendo como oficial de navegação a segundo-tenente de Marinha Carla Maria Pires, o que, para a maioria,

foi um facto inédito, já que no “seu tempo”, as guarnições eram exclusivamente masculinas, o navio seguiu pelo canal do Alfeite.

Numa viagem prazenteira, de novidade para muitos acompanhantes e, também de recordação, para os ainda jovens antigos oficiais, ia-se dissertando sobre os locais que se avistavam, quer da margem norte, quer da sul até à entrada na Baía de Cascais, onde foi servido um almoço, com os “conformes” habituais da Marinha de Guerra, a que não faltou bolo comemorativo e o vinho do Porto.

Aos brindes, o Presidente da Direcção da AORN, comandante Joaquim Moreira, proferiu um breve discurso alusivo, onde fez questão de realçar a ligação profunda que os antigos oficiais da Reserva Naval mantêm com a “sua” Marinha, ligação esta que tem sido retribuída pela “briosa”, ao longo dos anos, através das suas entidades institucionais, em especial dos diferentes CEMA.

A 29 de Setembro, o NTM “*Creoula*” terminou mais um ano de actividade, especialmente vocacionada para o treino no mar.



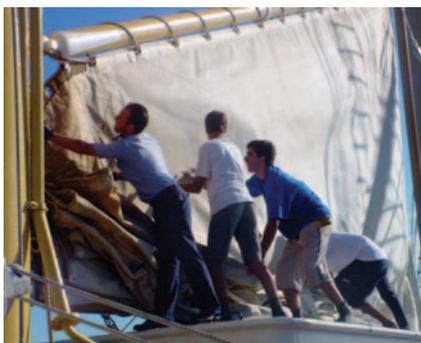


A PRIMEIRA GRANDE VIAGEM POR MAR DE MUITOS JOVENS

Recorde-se que, em 2003, se realizou aquela que foi, talvez, a mais interessante viagem organizada pela Divisão do Mar da AORN, a bordo do Navio de Treino de Mar (NTM) “*Creoula*”. A viagem teve a duração de 10 dias tendo sido escalados os portos do Funchal e Porto Santo, no arquipélago da Madeira.

Com partida da Base Naval de Lisboa a 29 de Agosto e regresso em 8 de Setembro, algumas dezenas de jovens de ambos os sexos, entre os 14 e os 24 anos de idade, familiares de sócios da AORN, embarcaram com o objectivo de tomarem contacto com o Mar, de se adaptarem à vida de bordo e de consolidarem através da prática conhecimentos técnicos e de cultura geral sobre o mar e sobre a navegação num navio à vela.

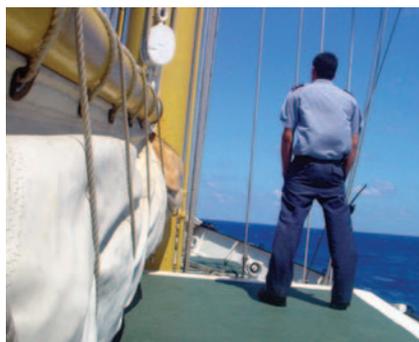
Na véspera, a 28 de Agosto, os jovens participantes apresentaram-se na Escola de Fuzileiros, em Vale do Zebro – onde



pernoitaram – com o objectivo de se conhecerem e socializarem, de forma a facilitar a sua integração a bordo do navio. Foi também nesta altura que ficaram a conhecer o seu Director de Treino, o oficial da Reserva Naval Vasco Dias assim como o Comandante do “*Creoula*”, capitão-tenente Martins da Cruz. Aproveitou-se também esta ocasião para organizar os Grupos de Serviço e nomear os respectivos Chefes de Grupo, os quais fazem a ligação com o Director de Treino e o Oficial de Quarto do navio.

Os participantes tiveram ainda a oportunidade de visitar o Museu do Fuzileiro.

A cada instruendo foi distribuído um Cartão de Detalhe, a partir do qual ele ficou a saber o seu n.º de bordo, o local de alojamento, as funções que desempenhará a bordo, o número da jangada de salvamento que está atribuída e em qual dos grupos de serviço iria ser integrado.



As tarefas a desempenhar pelos instruídos a bordo do “*Creoula*”, passaram pela prática de navegação e de leme, bem como pelas funções de vigia, ronda, adjunto do Oficial de Quarto, adjunto à máquina e à limitação de avarias. Efectuaram também trabalhos na cozinha, copa, pica e raspa, limpezas e baldeação. Os jovens participaram ainda nas fainas de mastros e manobras de atracar, desatracar, fundear e suspender ferro.

Nesta viagem embarcou a jornalista do jornal *Expresso*, Cristina Bernardo Silva.

A iniciativa contou com o patrocínio de algumas empresas e instituições, com contribuições em numerário, livros e material de informática, o que permitiu custear em parte as despesas da viagem e distribuir lembranças pelos participantes.

75 ANOS CARREGADOS DE HISTÓRIA

De destacar que no corrente ano de 2012, o navio cumpriu 75 anos, pois foi lançado à água em 10 de Maio de 1937, tendo sido entregue à Marinha de Guerra Portuguesa em 1985. Navegou sempre com a bandeira portuguesa.



Foi construído, inicialmente, para a campanha da pesca, nos antigos estaleiros da CUF (Companhia União Fabril), em Lisboa.

Como navio, é um lugre de quatro mastros, cuja construção decorreu juntamente com uma embarcação gémea, o “*Santa Maria Manuela*”, numa encomenda da Parceria Geral das Pescas Lda..

A cerimónia de lançamento à água teve lugar, na Rocha do Conde Óbidos, onde funcionavam as instalações do estaleiro da Administração-Geral do Porto de Lisboa, concessionados, na altura, à CUF e reza a História que a presidir à cerimónia de lançamento esteve presente o então Chefe de Estado, general Óscar Fragoso Carmona, a quem foram prestadas honras militares por uma força da Marinha, proveniente do Navio-Escola “*Sagres*” e pela Banda da Armada, que igualmente esteve presente.

Como curiosidade refira-se que a construção do “*Creoula*” decorreu no tempo recorde de 62 dias, pelo que foi lhe possível realizar a sua primeira campanha de pesca nesse mesmo ano.

Em 1938, na Holanda, foi construída um terceiro navio idêntico, o “*Argus*”, tendo existido ainda uma quarta embarcação da faina bacalhoeira, a “*Gazela*”, que, no conjunto, constituíam a “**Frota Branca Portuguesa**”.

Ao serviço da Parceria Geral esteve o “Creoula”, entre 1937 e 1973, nas campanhas da pesca do bacalhau, ao largo da Terra Nova.

A Secretaria de Estado das Pescas adquiriu-a em 1979, com o objectivo de a “re-estruturar” para servir de Museu de Pesca.

Contudo, na fase de fabricos, constatou-se que estava em boas condições de navegabilidade, tendo sido, então, decidido que regressaria ao mar, como navio de treino de mar (NTM). Nessa altura e como referimos, foi entregue à Armada Portuguesa.

Como navio de instrução e treino de mar, realizou, desde então, centenas de missões, incluindo de carácter científico e de investigação ao serviço de entidades nacionais e estrangeiras.

Ao serviço da Armada, já percorreu cerca de 100 mil milhas em 20 mil horas de navegação. Embarcaram, neste navio de treino de mar, mais de 15500 cidadãos.

No corrente ano de 2012, realizou, em navegação, 1717 horas de missão, para um percurso de quatro mil milhas náuticas. Nele embarcaram, nesse período, 506 instruídos e 20 pessoas ligadas a meios de comunicação social.

Funcionou como Universidade Itinerante e como Plataforma de Apoio Científico.

Escalou quatro portos portugueses e três estrangeiros, além de ter estado em dezenas de fundeadouros.

Aproveitamos para destacar alguns aspectos antigos da estrutura do navio, conforme se podem consultar, na totalidade, no sítio da Marinha dedicado ao Creoula, na internet.

«– Até à sua última campanha em 1973, o navio possuía mastaréus, retransas e caranguejas em madeira.

– O gurupés, conhecido como “pau da bujarrona”, que também era em madeira, deixou de existir em 1959, passando o navio a dispor apenas de duas velas de proa: giba e polaca.

– As velas que agora são em dacron, material sintético mais leve e mais resistente, eram na altura feitas de lona de algodão, possuindo o navio duas andainas de pano, que eram manufacturadas pelos próprios marinheiros de bordo.

Relação dos Capitães e Comandantes do navio ⁽¹⁾

Aníbal da Graça Ramalheira	1937-1938
João da Graça Ramalheira	1939-1940
Adolfo Simão Paião	1941-1943
Francisco da Silva Paião	1944-1957
João Fernandes Matias	1958-1969
António Marques da Silva	1970-1972
Francisco Correia Marques	1973
Depois do “Creoula” ter sido aumentado ao efectivo dos navios da Armada os seus Comandantes foram os seguintes:	
CMG João Manuel Velho Silva Dias	1987-1992
CFR Rui Manuel de Sá Leal	1993-02-22 a 1996-12-23
CFR Júlio Manuel Sajara Madeira	1997-01-10 a 1999-09-14
CFR Luís Maria Cabral Leal de Faria	1999-09-14 a 2001-10-30
CFR António João Cota Fevereiro	2001-10-30 a 2002-07-02
CTEN Jorge Manuel Martins da Cruz	2003-04-22 a 2006-03-15
CTEN João Ribeiro Nobre da Silva Ramos	2006-03-15 a 2010-02-26
CFR Nuno Maria d’ Orey Roquette Cornélio da Silva	2010-02-26 a 11-10-2012
CFR José Zacarias da Cruz Martins	11-10-2012 a

⁽¹⁾ Fonte: Revista da Armada

– Cada andaina era composta por: giba, bujarrona, polaca, traquete, contra-traquete, grande e mezena, mais três estênsulas como gavetopes de entremastros, e um pendão redondo de içar no mastro do traquete. Além deste pano havia dois triângulos de tempo para envergar no mastro da mezena.

– O pano latino era feito com lona de algodão n.º 2, o velacho (redondo) com lona de algodão n.º 4 e as extênsulas com algodão n.º 7, o mais resistente. As tralhas das velas eram em cabo de manila. Quanto ao aparelho fixo, esse sempre foi em aço, mas o de laborar era outrora em sizal.

– O espaço que medeia hoje entre a zona da cobertura de vante (coberta das praças) e a casa da máquina, era na época o porão do peixe e em cujos duplos fundos se fazia a aguada do navio.

– O navio estava assim dividido em três grandes secções por duas anteparas estanques que delimitavam, a vante e a ré, o porão do peixe.

– A vante do porão ficavam os alojamentos dos pescadores, o paiol de mantimentos e as câmaras frigoríficas para o isco; a ré, os alojamentos dos oficiais, a casa da máquina, os tanques do combustível, o paiol do

pano e aprestos de pesca. Tinha ainda nos delgados de vante e de ré vários piques utilizados como reserva de aguada, armazenamento de óleo de fígado, carvão de pedra para o fogão e óleos lubrificantes.

– Todo o interior do navio era revestido a madeira de boa qualidade e o porão calafetado para evitar o contacto da moura com o ferro.

– O mastro de vante (traquete) servia de chaminé à caldeirinha e ao fogão a carvão, fogão este que se encontra no Museu Marítimo de Ílhavo.»

O navio gêmeo do Creoula o “Santa Maria Manuela” está hoje em S. Jacinto, Ílhavo. Um outro lugre gêmeo, o “Argus”, construído na Holanda, com algumas pequenas diferenças, esteve, depois da campanha da pesca, em Aruba, como navio de passeios turísticos”, baptizado de “Polynésia II”. Regressou em 2011 a Portugal, onde está a efectuar serviços de reconstrução, de que já se concluiu a fase inicial.

O quarto elemento da Frota Branca, o “Gazela”, construído em madeira, na viragem do século XX, está há 41 anos no Philadelphia Ship Preservation Guild, proprietária daquele navio-bacalhoeiro.

Serafim Lobato
Armando Ferrão

14 de Julho de 2012



Os tempos são de contenção e a AORN tem de seguir essa rota, por isso, devido a razões operacionais o programa de Aniversário da Associação da Oficiais da Reserva Naval, que estava estabelecido para ser efectuado a bordo do NTM Creoula, ficou fora do planeamento naval.

Deste modo, teve, rapidamente, de se reorganizar o efectivo e optou-se que a data fosse comemorada, descentralizadamente, de acordo com as possibilidades, nos núcleos e seguindo iniciativas próprias.

O objectivo era celebrar o dia dentro do espírito de camaradagem que nos une e onde fosse possível haver encontros.

De referir que este procedimento foi despoletado a 14 de Junho, com um e-mail que o Presidente da AORN enviou aos Líderes dos Núcleos e de cujo texto se destaca:

“Por razões operacionais, não vai ser possível comemorarmos o aniversário da AORN a bordo do NTM Creoula, no dia 14 de Julho como tínhamos previsto. Aproveitamos esta circunstância e decidimos, na reunião da Direcção de hoje, que o Dia 14 de Julho – Dia do Aniversário da AORN, fosse comemorado por cada “Núcleo” e de acordo com iniciativas próprias.

*Um abraço,
Joaquim Moreira”*

Também no dia 12 de Julho o Joaquim Moreira voltou a contactar os Núcleos, a quem enviou esta mensagem:

“Agradeço que transmitas aos camaradas do Polo Sul esta mensagem do nosso Presidente da AG que, por razões pessoais bem compreensíveis, não nos pode acompanhar neste dia.

Esta mensagem, especialmente dirigida ao Polo Sul, aplica-se a todos os Núcleos que vão comemorar o Aniversário da AORN nesta data ou fora dela.

*Aproveito para, na oportunidade, agradecer a tua disponibilidade e a do Ruivo para dar corpo a esta iniciativa da direcção, que encontrou esta forma de “descentralizar” as comemorações deste nosso 17.º aniversário. Não podendo estar presente em todas, envio daqui do Polo Norte um grande abraço RN, lembrando aquele que pode ser o nosso desígnio: **enquanto for preciso defender a Reserva Naval, a Marinha, Portugal e o Mar a AORN não vai acabar.**”*

Mensagem do Presidente da Assembleia Geral – José Luís da Cruz Vilaça:

“Sirvo-me deste meio para, na qualidade de presidente da Assembleia Geral da AORN, me congratular pelo 17.º aniversário da nossa Associação, associando-me às celebrações que os Núcleos decidam organizar no dia 14 de Julho.

Desde já, felicito vivamente os Camaradas do Polo Sul pela iniciativa de levar a cabo o programa comemorativo de que tomámos conhecimento. Assim se reforça o sentimento de camaradagem e o espírito de união entre nós e a Marinha que constituem o cimento da AORN”.

Na sequência das novas orientações do presidente da AORN, em Lisboa, a concentração aconteceu no Clube Militar Naval e incluiu um almoço que, embora colegial na sua disposição, teve a presença do membro da Direcção, José Ruivo e do Presidente do Conselho Fiscal, Alípio Dias, o que significa que existiam, a bordo, “homens do leme”.

Por seu turno, o “Polo Norte” e o “Granel das Beiras”, após autorização superior da Marinha, através do almirante Brás da Silva, organizou o seu encontro na área do Comando da Zona Marítima do Norte, culminando com um almoço.



Vista aérea do Farol de Leça



Vista aérea do Farol de Santa Maria

Fotos cedidas pela Direcção de Faróis – Departamento Marítimo do Norte

Pela manhã, foi oferecida uma recepção aos camaradas e acompanhantes da AORN, na sala de reuniões do CZMN, a que se seguiu um *briefing* por parte do comando da respectiva zona e do Departamento Marítimo do Norte, seguindo-se uma visita guiada ao Barracão da DGAM (Direção Geral da Autoridade Marítima).

Depois os participantes embarcaram rumo ao farol de Leça, tendo regressado ao CZMN onde decorreu o almoço comemorativo. A AORN agradece, desde já, a amabilidade do comandante da Defesa Marítima do Norte e Capitão do Porto do Douro e Leixões, comandante Martins dos Santos, pelo apoio prestado.

O “Polo Sul”, liderado pelo nosso camarada Hélio Cartaxo, concentrou as comemorações em Faro, iniciando-se o programa comemorativo do aniversário da AORN logo pela manhã, com uma recepção de boas-vindas que teve lugar na sede do Comando da Zona Marítima do Sul.

Após um detalhado *briefing*, a cargo do comando da Zona Marítima/Departamento Marítimo do Sul, efectuou-se uma visita guiada ao Museu “Ramalho Ortigão”, bem como idêntica visita guiada ao centro Operações Navais.

Os participantes no encontro seguiram então de embarcação para o farol de Santa Maria, com regresso ao CZMS, onde decorreu um almoço.

Referem os camaradas do “Polo Sul” que “*foi um excelente convívio naval, fazendo recordar aos camaradas da RN os saudosos tempos passados ao serviço da Marinha*”. Fizeram questão de referir a “*forma ímpar*” como foram recebidos no Comando da Zona Marítima do Sul.

Serafim Lobato
Armando Ferrão

NOTÍCIAS DOS NÚCLEOS

Prosseguindo a intenção manifestada na revista n.º 19, vamos continuar a relatar as “Notícias dos Núcleos” com a informação que conseguimos obter. Desta vez, vamos “integrar” estas notícias no “espaço” do 17.º Aniversário da AORN, atendendo a que este ano o mesmo aconteceu por iniciativa dos próprios Núcleos.

NÚCLEO DOS AÇORES

O Núcleo Açores da AORN, liderado pelo Miguel Mendes Quinto, reúne por norma na última 5.ª feira de cada mês para um almoço de confraternização e troca de idéias.

Este almoço costuma realizar-se no Hotel Avenida em Ponta Delgada, com o qual temos mantido uma excelente colaboração.

A média de participantes ronda os 15 elementos, entre antigos Oficiais da RN, Oficiais dos quadros permanentes da Marinha em Ponta Delgada e antigos Oficiais da Marinha na Reserva que se encontram radicados nos Açores.

Este Verão reuniu, dia 20 de junho, num jantar de confraternização que decorreu na Messe de Oficiais do Loreto, em Ponta Delgada.

Este convívio estendeu-se às famílias dos camaradas presentes, tendo marcado presença ilustres convidados, entre os quais há a destacar o Almirante Carvalho de Abreu e esposa que se encontravam de férias nos Açores, o Almirante Augusto Ezequiel, novo Comandante Operacional dos Açores, o Almirante Mendes Calado, Comandante da Zona Marítima dos Açores e um grupo de camaradas da AORN vindos do continente e que comemoravam mais um aniversário das suas incorporações na Marinha de Guerra.

A destacar igualmente o excelente repasto servido, bem como as instalações da Messe do Loreto. (ver “Notícias Soltas” - Pág 15)

POLO NORTE

O Manuel Moreira da Silva (*telem.: 917 625 401*) mantém a iniciativa de convocar por sms todos os camaradas do Polo para o encontro-jantar mensal.

Estas jornadas gastronómicas de convívio naval, têm-se realizado, habitualmente e já há vários anos, na segunda quinta-feira de cada mês, na Sede da AEP, na Av. da Boavista, próximo do cruzamento com a Av. Marechal Gomes da Costa. Nos meses de Junho, Julho e Setembro, os encontros têm lugar no Clube de Vela Atlântico, na Av. da Liberdade, em Leça da Palmeira.

Este ano, sem prejuízo da alteração de local que se prevê possa acontecer, alargamos ao mês de Outubro os jantares no CVA.

Exceptuando alguns jantares temáticos, a maioria das vezes visa apenas o convívio entre os participantes, proporcionando o estabelecimento de um verdadeiro “Espírito da Reserva Naval” onde, além das discussões sobre a governação do País, se contam histórias da nossa passagem pela Marinha.

Na última reunião-jantar tivemos a presença do Comandante da Zona Marítima do Norte, Chefe do Departamento Marítimo do Norte e Capitão de Porto do Douro e Leixões, Capitão-de-mar-e-guerra Martins dos Santos e do seu Chefe de Serviço AF, ITEN AN Martins Gonçalves. Estas presenças, que se esperam sejam permanentes, iniciam um novo ciclo nos jantares mensais.

GRANEL DAS BEIRAS

Ultrapassados os problemas de saúde do João Mexia, o “Granel das Beiras” iniciou o processo de reencontro do Núcleo, organizando jantares mensais de simples convívio ou alternando com jantares temáticos. Estes encontros que, por norma, se realizam na 3.ª quinta-feira do mês, para permitir que os camaradas do Polo Norte possam estar presentes, aconteceram a maioria das vezes na “Adega da Portela do Mondego”.

Uma aconteceu mesmo na casa do Mário Loureiro, em Tondela, que nos brindou com um magnífico jantar, seguido de debate, que teve a participação de um excelentíssimo orador, o Prof. Dr. Júlio Mota, poucos dias depois jubilado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Este encontro contou ainda com a presença do Dr. Herlander Estrêla, um ex-Secretário de Estado da Economia e antigo Vice-governador do Banco de Portugal.

O Prof. Júlio Mota dissertou sobre temas da actualidade política e económica o que proporcionou uma salutar e proficua discussão entre os convivas.

Este foi o 3.º jantar-debate organizado pelo Granel das Beiras, tendo o primeiro tido a participação do nosso camarada Manuel Porto que abordou o tema “*O Papel do Espaço Lusófono no Mundo Globalizado*”, seguido do tema “*O Estado da Saúde em Portugal*” do Agostinho Almeida Santos.

Este ciclo de “debates” terminou com a participação do Presidente da AG da AORN, José Luís da Cruz Vilaça, com o tema “*Portugal na Europa*”.

É intenção do Granel das Beiras continuar este tipo de debates e contribuir para fazermos a “História da Reserva Naval”, através de contributos e depoimentos a obter durante estes encontros.



POLO SUL

Este Núcleo abrange a vasta área do Alentejo e Algarve o que dificulta, em muito, a possibilidade de encontros frequentes. Tal circunstância, torna as iniciativas bastante limitadoras em termos de participação, pelo que a AORN e a sua Direcção, atenta a tais constrangimentos, está a procurar soluções que possam contribuir para uma mais efectiva dinamização das actividades. Foi nesta perspectiva que, ao ser descentralizado o Aniversário da AORN, se realizou no passado dia 14 de Julho uma visita ao Farol do Cabo de Santa Maria, só possível graças à excelente colaboração do Hélio Cartaxo.



NÚCLEO DE SETÚBAL

Aguardamos a possibilidade de criação deste Núcleo, após as dinâmicas iniciativas do João Almeida em anos anteriores.

NÚCLEO DA MADEIRA

Vamos continuar a insistir na criação do Núcleo da Madeira, com base nos camaradas da Reserva Naval que vivem nesta região autónoma.

GRUPO DO CMN

Por iniciativa do Sarmento Coelho, este Grupo continua a reunir-se no Clube Militar Naval, durante um almoço que se realiza nas primeiras quintas-feiras de cada mês, data que coincide com a das reuniões mensais da Direcção da AORN, e que conta com a presença assídua do nosso Sócio de Mérito, CALm Joaquim Espadinha Galo.

NÚCLEO DE TRÁS-OS-MONTES

Por sugestão do Caseiro Marques, vamos criar este Núcleo em que, para além dele próprio e de outro potencial aderente, o José Ribeiro, foi possível identificar na zona alguns sócios da AORN: Alexandre Figueiredo Neto, Domingos Martins, Herlander de Carvalho e o António Pinto Ribeiro.

Estamos a envidar esforços no sentido de encontrarmos outros camaradas e de os motivarmos a juntarem-se a nós.

Se alguém souber do endereço ou telefone de algum camarada oficial da Reserva que viva na região, agradecemos que no-los comuniquem.

Podem fazê-lo através da AORN ou directamente para o Caseiro Marques (telem: 965 068 967), líder deste Núcleo que fará parte da “Associação de Marinheiros de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

NOTÍCIAS
SOLTAS

SURF PARA DEFICIENTES NA FIGUEIRA DA FOZ

Recebemos, no passado dia 20 de Julho, um email do António Henriques do “Granel das Beiras”, que muito nos orgulha e que transcrevemos:

“Tive a honra de organizar este evento com a câmara municipal, a capitania do Porto da Figueira da Foz e outras entidades.

Em conversa com o sr. Comandante do Porto, este evento foi divulgado no site da marinha de guerra portuguesa.

Após o evento de amanhã vou enviar-te fotos. Um grande abraço”.

Este evento de surf adaptado para deficientes, teve a participação activa e sempre entusiástica do ex-Fuzileiro Especial, Fernando Lau, que, ainda no passado dia 18 de Setembro, esteve no “Programa do Salvador” da RTP 1 onde, mais uma vez, demonstrou a força da mente na vontade de viver e de lutar na e pela vida.



PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA: AINDA VALE A PENA?



José Luís da Cruz Vilaça

Uma crise inédita

Não é por acaso que o título deste artigo contém uma pergunta que vai directa ao fundo da questão europeia em Portugal. A gravidade e o rigor da crise que atravessamos no quadro da nossa participação na UE justificam que se levante uma dúvida séria onde, até certa altura do nosso percurso europeu, incluindo a admissão na zona euro, parecia que só havia certezas.

A questão exprime a legítima preocupação que todos, não só em Portugal, mas por toda a Europa, sentimos neste momento. Para muitos – cidadãos, famílias, empresas, instituições –, trata-se, mesmo, da angústia de quem vê projectos por terra, ambições comprometidas, sobrevivência em risco, sem perceber se pode um dia retomar o fio normal da vida. Para os cidadãos europeus, colectivamente, é uma verdadeira crise de identidade que atravessamos.

A resposta à questão de saber se a UE ainda vale a pena para os portugueses exige uma análise muito fria e serena. Eu sei que isso é difícil, no meio de tanta preocupação; ademais a crise é atípica porque nunca tivemos outra com as características e as condicionantes desta. Com efeito, independentemente da gravidade da situação, em si mesma, não se conhecem precedentes equivalentes, para saber exactamente como lidar com uma crise desta natureza, nem se dispõe de instrumentos testados para fazer frente às dificuldades dela decorrentes.

Embora, nos últimos 35 anos, esta seja a terceira vez que nos sujeitamos à humilhação e às duras penas de um resgate externo, é a primeira vez que isso ocorre no contexto de uma união económica e monetária, com uma moeda comum aos 17 Estados membros da zona euro, numa situação em que não dispomos do poder de emitir moeda, nem de uma política monetária e cambial própria, e em que, não obstante, estamos vinculados por deveres de solidariedade para com os nossos parceiros e por imperativos contratados e tornados lei europeia em devido tempo.

Não é, em todo o caso, possível responder à questão sem um rápido olhar retrospectivo sobre a Europa e a nossa participação nela.

De onde vivimos?

A questão da adesão às Comunidades Europeias teve, nos anos 1970/80, uma resposta sem ambiguidades, partilhada (com a excepção do PCP e forças à sua esquerda) pela generalidade das forças políticas e assumida colectivamente pela sociedade portuguesa (mesmo sem referendo que a sufragasse).

Para Portugal, a entrada na CEE tinha vários objectivos principais, ditados pela nossa própria situação interna e externa: (i) consolidar e tornar irreversível a transformação democrática inaugurada com a Constituição de 1976; (ii) recuperar, na ordem externa, a credibilidade e o respaldo assegurados pela pertença a um clube de democracias estáveis e países europeus desenvolvidos; (iii) aproveitar a dinâmica de desenvolvimento resultante da integração no mercado comum; (iv) criar solidariedades geo-estratégicas alternativas ou complementares à perda do “império africano”.

A adesão trouxe uma profunda modificação na estrutura da economia e da sociedade portuguesa. Salta aos olhos que a vida e as motivações dos portugueses têm hoje muito pouco a ver com o país rural, conservador e ensimesmado que ainda éramos antes da adesão. Para o bem e para o mal, mudámos!

Os progressos na qualificação dos portugueses permitiram alargar drasticamente o universo de competências disponíveis, das quais depende hoje o processo de transformação de uma sociedade e de crescimento de uma economia.

O que mais contribuiu para mal orientar o sentido da evolução foi um erro palmar na estratégia e na cultura da mudança. Successivos governos mantiveram e agravaram o paradigma de uma economia e uma sociedade dependentes de um Estado que tem demonstrado uma criatividade ilimitada na criação de obstáculos (também conhecidos por “custos de contexto”) às iniciativas



criadoras. Criou-se mesmo uma categoria profissional – rentável mas improdutivo - de especialistas em negociar o levantamento desses obstáculos mediante contrapartida!

A obsessão dos fundos comunitários e a concentração de recursos na produção de bens não transaccionáveis e em obras de infra-estrutura de duvidosa rentabilidade contribuíram igualmente para dar uma dimensão medíocre à nossa participação na construção europeia e para nos desviar daquilo que deveria ter sido o essencial do esforço de modernização: a criação de uma sociedade aberta e de uma economia competitiva, capaz de se bater, à sua dimensão, no mercado global.

Por isso, continuamos sem ser capazes de satisfazer, em Portugal, as expectativas de jovens profissionais com elevadas qualificações, para quem a única saída é a emigração.

Entretanto, a Europa mudou vertiginosamente ao longo dos últimos 25 anos: derrube do muro de Berlim e fim da guerra fria, democratização a leste, sucessivos alargamentos até aos actuais 27, revisões dos tratados, consolidação do mercado interno, criação do espaço de Schengen, abertura do espaço de liberdade, segurança e justiça e, sobretudo, estabelecimento da União Económica e Monetária e adopção do euro como moeda comum de 17 dos Estados-membros.

A crise actual

A edificação da UEM e a introdução do euro constituíram um poderoso factor de mudança e a alavanca mais forte no sentido de uma evolução federalista na Europa.

Não é possível falar de verdadeiro mercado interno com liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, capitais e empresas sem eliminar as barreiras cambiais à troca e as incertezas monetárias resultantes da existência de moedas diferentes. Por isso, o euro é indispensável à plena realização da União Europeia.

Tornou-se, contudo, claro, à luz da crise dos últimos anos, que o desenho da UEM e as condições fixadas para a admissão dos respectivos membros (e, sobretudo, o modo como foram aplicadas) eram claramente insuficientes para prevenir o aparecimento dos factores de desagregação que determinaram que a crise se tornasse em muito mais do que um episódio no processo de ajustamento de economias normais e saudáveis às dificuldades que enfrentaram. Estas, recorde-se, nasceram nos EUA com a crise do “sub-prime”, fizeram rebentar bolhas imobiliárias, abalaram instituições financeiras de importância sistémica, puseram em causa a solvabilidade de sistemas bancários inteiros e, finalmente, desaguaram numa crise sem precedentes da dívida soberana em países que se deslumbraram com o novo-riquismo da moeda única e descuraram as mais elementares cautelas contra o endividamento excessivo.

O combate à crise e às suas consequências tem duas frentes, complementares mas distintas, uma de curto, outra de médio/

longo prazo. Em qualquer dos casos, porém, uma coisa é certa: dadas a dimensão do problema e a interligação profunda das economias dos países europeus, o impacto imprevisível de um eventual falhanço num deles converte o problema de cada país e de cada economia nacional num problema colectivo cuja resolução passa por todos e requer a acção de instituições comuns, qualquer que seja a eficácia dos poderes de que disponham.

Para onde vamos?

Não vale a pena perder tempo a discutir como deveríamos ter construído a casa à prova de fogo quando as chamas estão a devorá-la. No imediato, há que atacar o fogo com todos os meios disponíveis. É que não só o edifício em chamas pode ruir, mas sobretudo aquelas podem propagar-se às casas vizinhas e provocar um incêndio de proporções inimagináveis.

É certo que, em matéria financeira, há que evitar premiar o risco moral em que alguns prevaricaram por incúria, cupidez e ignorância sem limites. Por isso, a salvação da bancarrota não pode deixar de exigir um contributo decisivo do prevaricador, inevitavelmente à custa de grandes sacrifícios impostos aos cidadãos, a maior parte dos quais inocentes dos desmandos que conduziram à penosa situação que atravessam.

É certo também que, em democracia, cada governo tem de prestar contas aos seus eleitores, aos contribuintes e à opinião pública. Por isso, a possibilidade para qualquer governo sensato de abrir a torneira do financiamento em favor de países que não tiveram a mesma sensatez esbarra, a partir de certa altura (porventura a breve trecho), com a resistência dos que não aceitam pagar para financiar a irresponsabilidade ou a imprevidência dos outros.

Mas há que inculcar em todos a ideia de que a ruína de um pode ser a ruína de todos. Pode, por isso, ser necessário aceitar, no imediato, um entorse moral limitado e um sacrifício financeiro para evitar sofrer danos mais importantes no futuro.

Ao mesmo tempo, há que proceder às reformas estruturais indispensáveis, no plano nacional, e construir instituições comuns, no plano europeu, que garantam as disciplinas necessárias, criem instrumentos de intervenção adequados e evitem que a situação volte a escapar ao controlo.



A reforma das instituições está em curso, mas vai demorar anos a pôr de pé. Começou com a aprovação do “pacto orçamental” e prossegue com a preparação dos textos que servirão de suporte à instituição de uma “união bancária”, com supervisão centralizada sobre os bancos de relevo sistémico e garantia comum dos depósitos, de uma “união orçamental”, com um orçamento “federal” reforçado, controlo “federal” sobre os orçamentos nacionais e emissão de dívida comum, e de uma verdadeira “união monetária”, com a transformação do BCE num verdadeiro banco central e o reforço do mandato que lhe é conferido pelos tratados. Mas atenção: uma transformação institucional com esta amplitude não pode deixar de ser



acompanhada por uma profunda reflexão constitucional sobre a repartição e o exercício do poder político numa União reforçada, as condições da sua legitimidade democrática e os órgãos aptos a assegurar a representatividade de todas as partes componentes e a permitir um funcionamento eficaz num contexto complexo de interesses cada vez mais diversificados.

O desenho final das instituições está por apurar, mas uma coisa é certa: serão necessárias novas revisões dos tratados para que estes possam produzir instituições à altura do desafio.

Uma outra reflexão se impõe: será possível continuar na senda presente, aceitando novos membros sem limite aparente, em estado de preparação incipiente e sem cultura de transparência democrática equivalente à dos restantes? Ou, pelo contrário, deve reconhecer-se que há que pôr um travão aos alargamentos, criando formas de integração menos completas ou laços de relacionamento mais ténues, género relação de tipo confederal?

Uma outra coisa me parece segura: o caminho em frente será também o da geometria variável, da flexibilidade e das cooperações reforçadas, única solução capaz de acomodar as divergências de interesses num projecto comum, dentro de uma União com mais de 27 Estados-membros. Por isso, a UE não poderá deixar de continuar a ser uma construção política e jurídica original, sob pena de não aguentar uma situação de crise permanente que acabe por conduzir à implosão final.

Mas ainda vale a pena?

Uma das causas que podem levar à desagregação da UE é o dismantelamento da zona euro, provocado pelo abandono, de consequências imprevisíveis, de qualquer dos seus membros. Por isso, o discurso da saída da Grécia deve ser encarado com a maior das circunspecções, só em circunstâncias extremas se admitindo que essa possa ser a melhor solução.

O fim da União Europeia teria, então, consequências políticas, económicas, sociais e psicológicas dramáticas. Os da nossa geração compreenderão, decerto, mais facilmente que os jovens da geração que desponta o que isso representaria.

As fronteiras levantar-se-iam de novo entre as nações europeias e os passaportes recuperariam o seu papel tradicional, mesmo entre

Portugal e a Espanha; passaríamos, de novo, a ser estrangeiros num espaço que outrora havia sido de cidadãos; as mercadorias voltariam, com certeza, a pagar direitos aduaneiros e os trabalhadores a necessitar de “carta de chamada” para irem trabalhar para França ou para a Alemanha; as moedas nacionais renasceriam (brutalmente desvalorizadas) e o marco alemão seria a única capaz de (re)ocupar o lugar do euro como moeda de referência, na qual as autoridades alemãs mandariam sozinhas; a fragmentação e a renacionalização dos mercados de capitais estariam em curso; as legislações mercantis, ambientais, de protecção social, de carácter técnico, laborais, de família, entrariam rapidamente em desarmonia; as sentenças deixariam de ser reconhecidas, as polícias e as magistraturas de colaborar; a Europa tornar-se-ia mais irrelevante ainda na cena internacional (quem interviria na Líbia ao lado dos americanos ou apoiaria a Primavera árabe em nome da Europa?).

Ou então, tudo isto teria de ser laboriosamente refeito, com base em novos acordos internacionais, multilaterais ou bilaterais, ou através de uma nova União ou Comunidade europeia, sob os escombros do que se construía no segundo pós-guerra.

Entretanto, as solidariedades ter-se-iam deslaçado: os países da Europa central e de leste voltariam à esfera de atracção gravitacional da Rússia de Putin e seus epígonos ou criariam, para tentar escapar, esquemas de solidariedade regional entre eles; o Reino Unido fechar-se-ia mais ainda na sua ilha; os nórdicos re-fariam velhos esquemas de cooperação ou integração entre eles; os países do sul talvez se unissem para fazer das fraquezas forças (sob a égide de qual deles?) e talvez se juntassem aos do norte de África ou criassem alianças regionais diversificadas. Por outro lado, a força desagregadora das autonomias regionais passaria a exprimir-se sem baias, perdendo, dramaticamente, o contrapeso que a UE hoje em dia representa.

Um quarto de século após a adesão à velha Comunidade Europeia, não é este quadro que eu desejo para Portugal e será para o evitar que continuarei a trabalhar.

José Luís da Cruz Vilaça

15.º CFORN;

Presidente da Assembleia Geral da AORN;

Juiz designado no Tribunal de Justiça da União Europeia

Contacto com as unidades recentes de alta tecnologia da Marinha



Com a presença de 108 antigos oficiais da Reserva Naval (RN) e oito convidados, realizou-se, em 8 de Outubro de 2011, mais um **DIA DA RESERVA NAVAL**, que decorreu na Base Naval de Lisboa (BNL).

Nos dois anos anteriores o evento teve lugar, respectivamente, na Escola Naval (2009) e no Museu da Marinha e Farol da Guia (2010), com o sucesso e apuro que são apanágio da AORN.

A Marinha de Guerra fez-se representar pelo contra-almirante Braz da Silva, chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Saldanha Lopes.

A receber os participantes na Base Naval de Lisboa encontrava-se o comandante daquela unidade, capitão-de-mar-e-guerra Dores Aresta, tendo-se a comitiva deslocado depois para o *CITAN* (Centro de Instrução de Tática Naval), onde era aguardada pelo seu Director, capitão-de-mar-e-guerra Croca Favinha.

O programa iniciou-se através de um diálogo com a Armada sobre a estratégia de aquisição dos novos meios navais, dentro do conceito de uma Marinha de “*Duplo Uso*”, questão muito actual, quer no interior das Forças Armadas, quer na sociedade civil.

E, refira-se, as expectativas não foram goradas, tendo os participantes apreciado e elogiado a excelente apresentação proferida pelo capitão-de-mar-e-guerra, Luís Carlos de Sousa Pereira, oficial do Estado-Maior da Armada.

Neste dia da Reserva Naval, foram homenageados dois dos “nossos melhores” com os “**Golfinho de Ouro**”: Lemos Damião e Casimiro Barreto, este último a título póstumo, pelo que o “*Pin*” foi entregue a sua mulher, Carla Madeira, a qual se fez acompanhar pelos filhos.

O “**Golfinho de Ouro**” é atribuído no Dia da Reserva Naval a sócios (Ex-oficiais da Reserva Naval), Sócios Honorários, sócios de Mérito, Aderentes ou Descendentes. Em qualquer caso, que tenham prestado serviços à AORN que se enquadrem no seu lema: “**E bem serviram sem cuidar recompensa**”. É constituído pelo “*Pin*” da AORN em ouro, acompanhado de uma Salva em prata e de um Certificado. Anteriores agraciados: almirante Nuno Vieira Matias, Ernâni Lopes, Alípio Dias e Rodrigues Maximiano.

Após a cerimónia, realizou-se uma visita à Esquadilha de Submarinos e à Escola de Mergulhadores, tendo os convidados sido divididos em dois grupos, o primeiro acompanhado pelo comandante da esquadilha, capitão-de-fragata Silva Gouveia e

o outro pelo segundo comandante daquela força naval, capitão-de-fragata Farinha Alves. Refira-se que, na Escola de Mergulhadores, o anfitrião foi o próprio comandante, capitão-tenente Vasconcelos Andrade.



Seguiu-se um almoço na Messe de Sargentos da Base Naval de Lisboa e, após o repasto, dando sequência ao saudável convívio entre todos os camaradas dos diferentes cursos, o presidente da AORN, Joaquim Moreira aproveitou para se dirigir aos presentes, tendo começado a sua intervenção por dar as boas-vindas aos participantes em nome do novo presidente da AG, José Luis da Cruz Vilaça que, como na altura sublinhou, não pôde estar presente, “com muita mágua”, devido a compromissos inadiáveis e de quem leu uma mensagem de que se transcrevem os dois seguintes parágrafos:



«Ciente, porém, de que onde estiver um de nós estamos todos, peço-te que, ao assegurares a representação institucional da AORN nesse acto, assumas também a representação pessoal do seu Presidente da Assembleia Geral.

Nessa qualidade, peço-te que exprimas a todos o meu orgulho em presidir à Assembleia Geral da AORN e, mais ainda, em fazer parte desta elite de Portugueses que são os membros da Reserva Naval e, em geral, o grande grupo de todas aquelas - oficiais, sargentos e praças - que têm ou tiveram o privilégio de servir na Marinha de Guerra Portuguesa.»





Prosseguindo na sua intervenção, o Joaquim Moreira procedeu a e agradecimentos, nomeadamente ao contra-almirante Brás da Silva, em nome dos Oficiais da Marinha no Activo presentes, ao contra-almirante Almirante Rogério de Oliveira, em nome dos Oficiais da Marinha na Reserva e na Reforma, ao contra-almirante Espadinha Galo, em nome dos Sócios de Mérito e Honorários, a Carla Madeira, em nome dos Familiares dos Camaradas Falecidos, a Rogério Ferreira, o “Mais Antigo”, em nome dos Camaradas da Reserva Naval e a José Ruivo, bem como ao Secretariado da AORN pelo seu particular empenho na organização do **Dia da Reserva Naval 2011**.

O Joaquim Moreira prosseguiu a sua alocução dirigindo saudações especiais, palavras que foram acompanhadas pela oferta de Medalhas e Crestas da AORN ao Presidente da Direcção do Clube Militar Naval, Cmdt. José Miguel Picoito, ao Comandante da Base Naval, Cmdt. Dores Aresta, ao Director do *CITAN* (Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval), Cmdt. Croca Favinha, ao Comandante da Esquadilha de Submarinos, Cmdt. Silva Gouveia e ao Comandante do NRP “*Viana do Castelo*”, Cmdt. Pires Correia.

E encerrou a sua intervenção lendo o poema “*Em Mar Tormentoso*”, da autoria do nosso camarada Carlos Aguiar Gomes, que por razões familiares não pode estar presente:





EM MAR TORMENTOSO

Navego em mar tormentoso

Nau frágil

Que o vento sacode.

Não é fácil

Chegar a porto seguro!

Se às vezes arreo as velas

Que o vento parece rasgar

Logo me arrependo

Pois fico à deriva no mar.

Porém, quando as desfraldo,

A força do vento

Que me empurra

Leva-me p'ra onde não quero!

Rodo o leme

E torno a rodar

Na esperança de o vento amainar

E conseguir, apesar do esforço,

Minha rota encontrar

(Será que a consigo achar?).

Desejo tanto

Que acalme a procela

E deixe de agitar

A água do mar

Onde me encontro

E, finalmente, aportar

Ao cais seguro onde quero chegar.

O programa deste dia ficou concluído com uma visita à moderna unidade de patrulhas oceânicas NRP “Viana do Castelo”, construída nos Estaleiros Navais de Viana



do Castelo e que constitui um exemplo de colaboração entre a Marinha de Guerra e a nossa Indústria de Construção Naval.

*Serafim Lobato
Armando Ferrão*

O 22.º CFORN

Foi o primeiro curso realizado no ano de 1973 que, a exemplo de anos anteriores, seria assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.

O despacho Ministerial n.º 63 de 23 de Maio de 1972, relativo aos Cursos e Instruções para Oficiais, Cadetes, Sargentos e Praças para o Ano Escolar de 1972/73, estabelecia as bases de recrutamento para os 22.º e 23.º CFORN's prevendo a incorporação de 181 cadetes.

Entretanto, fora modificado o regime de promoções dos Aspirantes RN designados para prestar serviço nas províncias ultramarinas em comissões de duração superior a um ano. Até então, os Aspirantes eram promovidos a Sub-tenente na data de embarque para o ultramar, mas com o 22.º CFORN essa promoção foi substituída pela graduação.

O 22.º CFORN foi alistado em 22 de Fevereiro de 1973 e concluiu-se a 26 de Setembro de 1973. Foram incorporados 100 cadetes assim distribuídos pelas várias classes: 40 cadetes na classe de Marinha, 25 cadetes na classe de Fuzileiros e 35 cadetes na classe de Técnicos Especialistas. De notar, neste curso, a ausência de todas as outras classes.

Comandava a Escola Naval o Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes e foi Director de Instrução o Capitão de Mar-e-Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro.

No final do período de instrução, o Prémio "Reserva Naval" foi entregue ao cadete da classe de Técnicos Especialistas, Luís Henrique Martins Borges de Almeida. Este prémio destinava-se a galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.

Durante o ano de 1973 manteve-se o plano de modernização da Marinha, ainda que se tenha mantido, de forma quase inalterada, o dispositivo de navios da Armada. Foram aumentados ao efectivo os navios-patrolha "Limpopo" e "Save" e, já em 1974, vieram ainda reforçar aquele efectivo as LF's "Açor", "Andorinha" e "Albatroz".

No decorrer do mesmo ano de 1973, foram abatidos ao efectivo a fragata "Vasco da Gama", draga-minas "Pico" e corveta "Cacheu". Já em 1974, com a retracção do dispositivo naval, também como consequência do final da Guerra do Ultramar, seguiram idêntico destino os draga-minas "Corvo", "Angra do Heroísmo", "S. Jorge", "Graciosa", "Ponta Delgada" e "S. Pedro", a LDG "Montante", as LFP's "Bellatrix" e "Regulus", o submersível "Narval", o navio-patrolha "Porto Santo" e as LFG's "Sagitário" e "Casiopeia".

Muitos oficiais da Reserva Naval desempenharam missões e viriam ainda a fazê-lo neste tipo de navios, quer nos entretanto abatidos quer nos aumentados ao efectivo, todos eles tendo representando um papel relevante na História da Reserva Naval.



O Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes,
Comandante da Escola Naval



Capitão de Mar-e-Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro,
Director de Instrução

CLASSE DE MARINHA

Agostinho da Cunha Almeida

Álvaro Eduardo Osório de Meneses Bastos

Amílcar Gomes da Silva

Ângelo Mariano Vasconcelos Gaspar Teixeira

António Luís Carvalho de Matos e Silva

António Ângelo Alves Roque Graça

António Fernando de Brito Castilho Dias

António Manuel Mendonça Guerreiro

António Carlos de Oliveira Ferreira

António Manuel Vinagre Alfaiate

Artur Augusto Leal Mimoso

Carlos Manuel Miranda Correia

Custódio Alexandre Rouxinol Miguens

Eduardo Manuel Pontes Amaro

Eduardo José Rebelo Ferreira

Emílio Manuel da Mata Pereira

Emílio Manuel da Mata Pereira

Francisco Manuel dos Santos Ferreira

João Rodrigues Oliveira

João Manuel da Silveira Malheiro Távora

Joaquim Manuel Teixeira Nunes Barata

Jorge Manuel Mesquita Gaspar de Barros

José Abel Ferreira de Andrade

José Manuel de Lemos Gonçalves da Costa

José Carlos Faria da Conceição

José Miguel de Azambuja Cardoso Ayres

José Gil Barreto Coucello

José António Barreto de Almeida Barreiros

Luís Vasconcelos Fontoura Madureira

Luís Frederico de Sampaio Borges de Sousa

Manuel Mário Correia de Almeida

Manuel da Silva Rosa

Norberto Veiga de Sousa Fernandes

Nuno Manuel Casais Monteiro

Paulo Jorge Gonçalves Bárcea

Rui Alberto de Almeida Cavaca Marcos

Rui Manuel Macedo Ferreira Marques

Valdemar Geraldo Taborda

Vicente Manuel de Castro Apolinário



O cadete RN TE Luís Henriques Martins Borges de Almeida,
Prémio Reserva Naval

CLASSE DE FUZILEIROS

Alberto Guilherme Pereira Pimentel Aguiar
António Humberto Baptista Dias
António Pedro Queiroz Vendrell Santos
António José Ferreira Simões Vieira
Carlos Joaquim Ovelheira dos Santos Barros
Carlos Manuel de Oliveira Alves
Carlos Alberto Rocha Alves
Evangelista da Silva Coelho
Francisco Maria Castel Branco Potes Cordovil
Gabriel Caldas de Antas de Barros
João Sérgio dos Santos Cardoso
João Manuel Machado Viegas Malheiro
Joaquim dos Santos Pereira Costa
Jorge Filipe dos Santos Duarte
José Lopes da Cruz
José Manuel Simões Rodrigues de Castro
José Joaquim Ribeiro Andrade
José Manuel Carrajola Horta
Leopoldo Maria Lemos da Cunha Matos
Luís Miguel Beltran Franco
Manuel Monteiro da Costa
Manuel Cirilo Rocha de Oliveira Cruz
Miguel António Alcântara Pita
Rui Carlos Pereira da Fonseca Lopes

Ainda se manteve a mobilização de parte dos elementos deste curso como Comandantes, Oficiais Imediatos de navios e Oficiais de Guarnição. No entanto, na classe de Fuzileiros, por virtude do final dos conflitos em África, houve uma significativa redução, tendo sido até esta data o curso em que maior número de oficiais permaneceu no Continente. Foram designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:

Guiné (9 Oficiais):

2TEN RN Ângelo Mariano Vasconcelos Gaspar Teixeira no Comando de Defesa Marítima da Guiné, 2TEN RN António Manuel Mendonça Guerreiro no navio-patrolha "Quanza", 2TEN RN António Carlos de Oliveira Ferreira na LFG "Cassiopeia", 2TEN RN José Carlos Faria da Conceição na LFP "Aljezur", 2TEN FZE RN António Aurélio de Castro Moreira no DFE 22, 2TEN FZE RN António José Ferreira Simões Vieira no DFE 12, 2TEN FZE RN José Manuel Simões Rodrigues de Castro no DFE 1, 2TEN FZE RN José Manuel Carrajola Horta no DFE 5 e 2TEN TE RN José Alfredo Lopes Ribeiro Gonçalves no Gabinete do Comandante-Chefe da Guiné.

Pelas 22:30 horas do dia 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado à porta da sua residência em Conacry, num crime atribuído "convenientemente" à PIDE/DGS por uma opinião pública internacional acicatada pelos países africanos. Aristides Pereira assume funções como chefe interino do PAIGC.

No mês de Março surgem no teatro de operações da Guiné os mísseis terra-ar Strella os quais, tendo como alvo as aeronaves, surtem um tremendo efeito negativo na FAP e, conseqüentemente, nas operações militares.

A 25 de Março foi abatido um Fiat G-91 no Cantanhês, pilotado pelo TEN Pessoa que se ejectou com sucesso e, três dias depois, na região de Madina do Boé uma parelha de Fiats G-91 é atacada com arma desconhecida. Um dos pilotos, 2º Comandante da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné, TCOR Brito ao picar para tentar identificar o alvo foi atingido, ficando desfeito e morrendo o piloto. O seu asa conseguiu regressar à base.

Na primeira semana de Abril um T6 é abatido por um míssil Strella e despenhou-se causando a morte ao piloto. No dia 6 é novamente abatido um DO 27 onde o Major Mariz Martins, comandante do COP 3, efectuava um reconhecimento visual (RVIS), não havendo sobreviventes.

Em 8 de Maio é iniciada pelo PAIGC uma violenta ofensiva contra Guidage, junto à fronteira do Senegal. Em 11 de Maio grupos de combate dos DFE's 1 e 4 são enviados para o reforço da defesa daquele aquartelamento, sofrendo uma baixa no dia 13.

No dia 18 de Maio, comandado por João Bernardo "Nino" Vieira o inimigo desencadeia uma violenta ofensiva contra Guileje, localidade no sul da Guiné que, situada num ponto vital da rota de abastecimento do PAIGC, sem acesso por via fluvial, ficava completamente isolada.

De 18 a 22 de Julho decorre o 2.º Congresso do PAIGC que fez a revisão geral dos estatutos elegendo Aristides Pereira como secretário-geral afirmando ser intenção do PAIGC proclamar a independência, constituir um governo e criar estruturas administrativas.

Em 6 de Agosto, o General Spínola regressa à Metrópole e é exonerado do seu Comando, sendo substituído a 28 do mesmo mês pelo general Bettencourt Rodrigues como Governador-Geral e Comandante-Chefe.

No mês de Outubro, mais uma vez os aliados americanos jogam a sua cartada no cenário internacional. O Senado proíbe a Administração de conceder a Portugal qualquer ajuda que permita a manutenção do "Regime Colonial". Por sua vez, nesse mesmo mês, o Governo Português concede autorização aos EUA para utilizarem a Base das Lajes, nos Açores, como escala de apoio a Israel na guerra do Yom Kippur.

Em Dezembro já a confiança nos aéreos se tinha restabelecido e, conhecida a estratégia a utilizar para minimizar o efeito dos mísseis Strella, recomeçaram os voos com alguma normalidade, embora com redobrados cuidados. No princípio de 1974, da Conferência Afro-Árabe sobre



2TEN RN Artur Augusto Leal Mimoso,
LFP "Álvor"



2TEN RN José Carlos Faria da Conceição,
LFP "Aljezur"

CLASSE DE TÉCNICOS ESPECIALISTAS

Aníbal Pereira Dias
António Fernando Sousa da Silva
António Amadeu Terra Ferreira Bastos
António Neves Duarte Teodoro
António Manuel Carvalho Pinto
Augusto Afonso de Albuquerque
Carlos Maria da Rocha Pinheiro Torres
Edgar Manuel Fernandes Martins
Hugo João Reinhardt Beirão da Veiga
João Manuel Franqueira de Castro e Sousa
João Manuel Jorge Sousa Jardim
Joaquim Armando Ferreira da Silva Filipe
Joaquim José Coelho de Sousa Ribeiro
Jorge Manuel Correia Guerreiro
Jorge Manuel Fortes Camões Costa
Jorge Ferreira Sinde Monteiro
José Alberto Baptista de Allen Lima
José Alberto Teixeira
José António de Melo Pinto Ribeiro
José Manuel Silva Ferreira da Costa
José Manuel da Luz Bravo Ferreira
José Alberto Mendes de Almeida
José Alfredo Lopes Ribeiro Gonçalves
José Alexandre da Costa Parada Monteiro
José Emílio da Costa Cruces
Júlio António da Silva Appleton
Licínio Catarino de Carvalho
Luís Filipe Salgado de Matos
Luís Manuel Vilela Pinto
Luís Eduardo Lopes Pimentel
Luís Henriques Martins Borges de Almeida
Manuel António Rato Rolão Santos
Miguel Camargo de Sousa Eiró
Paulo de Medeiros Enes Ferreira
Victor Manuel da Gama Faria



Render da Guarda em Bissau (Dezembro 1972)

petróleo sobressai a resolução que proíbe o acesso aos portos dos países árabes de navios que transportem petróleo destinado à África do Sul, Rodésia e Portugal.

Já então se começavam a processar com dificuldade as rendições das Unidades no Ultramar devido, por um lado, ao prolongamento excessivo de uma guerra em que alguns militares contavam já com três ou quatro comissões e, por outro lado, à escassez de recursos materiais e humanos.

O conflito agudiza-se. No início de Março as minas voltam a fazer estragos no rio Cumbijã. No porto de Cufar interior, local onde geralmente ficavam os batelões sem guarda por estarem próximo do aquartelamento, o batelão dos combustíveis foi pelos ares, na altura em que se encontravam vários trabalhadores a bordo, morrendo 20 a 30 estivadores a explosão.

Em Abril os combates travavam-se com violência de forma generalizada, recorrendo o inimigo a métodos cada vez mais imaginativos e letais com baixas nas nossas forças.

No rio Cacheu o PAIGC redobrava esforços para conseguir com êxito as cambanças do Sambuíá para sul mas os fuzileiros, com base em Ganturé opunham-se sistematicamente ao abastecimento por essa via.

Nesse mês nos dias 19 e 22 as patrulhas de botes do DFE 1 são violentamente emboscadas nas clareiras de Jagali e Leto, sofrendo um morto e três feridos graves. Foi o último fuzileiro a morrer em combate no Ultramar, vítima de uma granada de RPG7.

No dia 25 de Abril, o levantamento militar na Metrópole depõe o regime do Estado Novo originando também grande confusão nos militares que se mantinham em campanha com reacções diversas. Embora com abrandamento, a guerra mantém-se e, em Junho, inicia-se a retracção das forças no terreno.



LFG "Orion" a navegar no rio Cacheu, sendo visíveis apontador e municionador da peça Bofors de vante

Em Bissau são reforçadas as forças de vigilância e segurança. Em 25 de Agosto, são desactivadas as unidades de fuzileiros que se encontravam em Bolama, os DFE 21, 22 e 23 que, depois de formados, apenas entregaram o armamento distribuído com instruções directas do respectivo comando, sendo de todo ineficaz a tentativa de contacto por um representante do PAIGC que ali se encontrava para o efeito.

Assinaladas algumas contradições nas entregas dos diversos aquartelamentos ao PAIGC. No sul, em Jemberém, Cameconde, Gadamael e por fim Cacine, com guarda de honra em formatura mista, a toque de clarim do exército, procede-se à cerimónia do arriar da Bandeira Nacional e ao içar da Bandeira do PAIGC.

Em Vila Cacheu, o comandante do DFE 4, 2TEN FZE RN Pedro Henrique Malheiro Ribas de Meneses, do 16.º CFORN, excelente oficial, magnífico operacional e grande patriota, evitando



Edifício do Comando de Defesa Marítima da Guiné

o enxovalho a que estavam a ser sujeitas as Forças Armadas, após ter embarcado nas viaturas todo o material, forma o Destacamento e com as honras do estilo, manda arriar pela última vez a Bandeira Nacional e, de seguida, manda derrubar o mastro, já que “onde esteve içada a Bandeira Portuguesa mais nenhuma haveria de subir”. De seguida deu ordens ao pessoal para embarcar, não aguardando sequer que alguém do PAIGC se apresentasse a reclamar a posse das instalações antes de serem abandonadas.

Em 10 de Setembro, Portugal reconhece legalmente a Guiné-Bissau como Estado soberano e a 30 de Outubro regressa a Portugal o DFE 5 a última Unidade de Fuzileiros na Guiné.

Cabo Verde (6 Oficiais):

2TEN RN Álvaro Eduardo Osório de Meneses Bastos na Corveta “António Enes”, 2TEN RN António Manuel Vinagre Alfaiate no navio-hidrográfico “Shultz Xavier”, 2TEN RN João Rodrigues Oliveira na LF “Dom Aleixo”, 2TEN RN Jorge Manuel Mesquita Gaspar de Barros no Comando Naval de Cabo Verde, 2TEN RN José Manuel de Lemos Gonçalves da Costa na navio-patrolha “Zambeze” e 2TEN RN José Miguel de Azambuja Cardoso Ayres na corveta “Augusto Castilho.

Angola (9 Oficiais):

2TEN RN António Fernando de Brito Castilho Dias na navio-patrolha “Rovuma”, 2TEN RN Emílio Manuel da Mata Pereira no



Alagem da LFG “Cassiopeia” em S. Vicente (Cabo Verde)



Plano inclinado do SAO na Guiné

navio-patrolha “Cunene”, 2TEN RN Francisco Manuel dos Santos Ferreira e 2TEN RN Rui Alberto de Almeida Cavaca Marcos na fragata “Comandante Sacadura Cabral”, 2TEN RN João Manuel da Silveira Malheiro Távora no navio-patrolha “Cacine”, 2TEN RN José Gil Barreto Coucello na LFP “Vénus”, 2TEN RN José António Barreto de Almeida Barreiros na fragata “Comandante Roberto Ivens”, 2TEN RN Rui Manuel Macedo Ferreira Marques na fragata “Comandante Hermenegildo Capelo” e 2TEN FZ RN Manuel Monteiro da Costa na CF 1.

No teatro de Angola, as acções armadas inimigas, tinham vindo a diminuir francamente no ano de 1972 em relação ao ano anterior, salvo ligeiro crescimento no recurso à colocação de engenhos explosivos.

No enclave de Cabinda a situação encontrava-se calma, sem iniciativa de acções bélicas, o mesmo se passando tanto no norte como na frente leste. Somente o Cuango revelava ligeiro aumento de actividade.

O dia 2 de Junho de 1973 ficou assinalado por um brutal incidente que ficou assinalado como um trágico marco da guerra dos Fuzileiros, em geral, e da Reserva Naval, em particular. Uma pequena coluna de duas viaturas que se deslocara do Chilombo à Lumbala para ir buscar correio, foi violentamente emboscada num percurso onde não havia histórico de actividades hostis.



O rio Zambeze, o aquartelamento do Chilombo e a povoação do Kimbo



A corveta "António Enes" em águas de Angola

A acção causou 3 mortos e um ferido aos fuzileiros do pelotão da CF 1 que se encontrava no Chilombo a apoiar o DFE 10. Um dos mortos, o STEN FZ RN António Bernardino Apolónio Piteira, oficial da Reserva Naval, do 18.º CFORN, foi o único oficial da Marinha de Guerra morto em combate durante os 13 anos de guerra.

A ofensiva internacional contra Portugal e os países do sul de África, acentuava-se no final de 1973. O encerramento da 28.ª sessão da Assembleia Geral da ONU marcou pela posição anti-portuguesa, ao aceitar a alegada independência da Guiné como acto consumado e indiscutível, definindo Portugal como potência ocupante e ilegal. O maior perigo real era o representado pelos engenhos explosivos que continuavam a causar estragos quando menos se esperava. A preocupação com o transporte de pessoal a longa distâncias constituía então uma preocupação permanente, já que a Marinha não dispunha de meios próprios.

O inimigo dava mostras de estar a ceder em todas as frentes. Em toda a região que constituía a Zona Militar Leste, até à última semana de Janeiro apenas tinha sido registada uma acção de fogo inimiga em reacção às forças militares portuguesas, duas acções de intimidação contra populações e a destruição de uma ponte pela UNITA.

Na última semana de Junho a actuação do IN era ainda mais reduzida não se registando qualquer actividade na área de guerrilha da UNITA registando-se o levantamento de quatro engenhos explosivos e o accionamento de outro na área de infiltração do MPLA.

No início de 1974, a animosidade contra Portugal manifestada pela comunidade internacional acentuava-se cada vez mais, espicaçada pelos países afro-asiáticos. Os países manifestavam ou um discreto apoio, uma neutralidade titubeante ou mesmo uma aberta rejeição à política portuguesa, como sucedeu com a generalidade dos povos escandinavos.

Em 22 de Março, em Genebra, era adoptada uma proposta apresentada pelos Estados do Terceiro Mundo na 30.ª sessão da Comissão dos Direitos do Homem, no sentido de serem consideradas "as guerras contra a dominação estrangeira, guerras contra o colonialismo e racismo como guerras justas", tal como as guerras de autodeterminação.



O navio-patrulha "Cumene" e a corveta "General Pereira d' Eça" atracadas aos cais da INIC

Na mesma altura era aprovada na conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Conacry, uma resolução apontando para a expulsão de Portugal daquele organismo.

Sucediam-se as greves e manifestações na oposição à guerra que, lentamente, ia crescendo nos meios operários e estudantis portugueses, de imediato utilizada como propaganda pelos movimentos pró-independentistas.

Em 15 de Abril de 1974, através dos rádios, o MPLA difunde as suas mensagens afirmando que, em Lisboa, circulava clandestinamente um documento assinado pelo Movimento dos Capitães a preconizar uma solução política para a Guerra do Ultramar, uma vez que considera a vitória pelas armas impossível.

No dia 25 de Abril, um levantamento militar em Portugal dege-nerou numa revolução que, no escasso tempo de algumas horas, depôs o regime vigente e tomou conta do poder, elegendo uma Junta de Salvação Nacional como modo de assegurar o imediato controlo da Nação.

A Marinha seguia com atenta preocupação o evoluir da situação interna do território. generalizava-se a tendência para o desentendimento entre os movimentos emancipalistas com distúrbios em vários locais, especialmente em Luanda, e o apelo à continuação da luta armada até à total independência da Angola.

Entre Junho e Agosto, depois de uma larga sucessão de nomeações, substituições e negociações entre Forças Armadas, Comandante-Chefe e Movimentos, é nomeado um Alto-Comissário para as negociações.

A Marinha começa a retrair o dispositivo no território mantendo a vigilância e guarda de instalações militares. Em 15 de Outubro, depois da readmissão de Portugal na UNESCO em Setembro, são suspensas todas as operações contra elementos e grupos da FNLA e, a partir do dia 25 do mesmo mês, com a assinatura formal do acordo de cessação de hostilidades entre representantes portugueses e uma delegação do MPLA chefiada por Agostinho Neto, terminaram oficialmente as acções violentas dos movimentos emancipalistas em Angola.

Daquela data para a frente retrair-se-ia progressivamente o dispositivo militar, embora continuassem a verificar-se elevado número de incidentes, roubos e distúrbios, por vezes envolvendo



Vista aérea da Base Naval de Metangula

confrontos raciais. No final do ano vivia-se em Angola um enorme caos político e social.

No meio da confusão onde grassava a “organização desorganizada”, a Marinha embora sujeita a pressões revolucionárias conseguiu manter a coesão interna numa prévia preparação para abandonar Angola.

Moçambique (13 Oficiais):

2TEN RN Luís Vasconcelos Fontoura Madureira na LFP “Vega”, 2TEN RN Luís Frederico de Sampaio Borges de Sousa na LFP “Júpiter”, 2TEN RN Paulo Jorge Gonçalves Bárcea na LFP “Sirius”, 2TEN RN Vicente Manuel de Castro Apolinário na LFP “Sabre”, 2TEN FZ RN António Pedro Queiroz Vendrell Santos, 2TEN FZ RN Evangelista da Silva Coelho, 2TEN FZ RN Francisco Maria Castel Branco Potes Cordovil e 2TEN FZ RN João Sérgio dos Santos Cardoso na CF 10, 2TEN FZ RN João Manuel Machado Viegas Malheiro na CF 9, 2TEN FZE RN Joaquim dos Santos Pereira Costa e 2TEN FZE RN Miguel António Alcântara Pita no DFE 3, 2TEN FZE RN Leopoldo Maria Lemos da Cunha Matos e 2TEN FZE RN Rui Carlos Pereira da Fonseca Lopes no DFE 8.

Logo no início de 1973 a ONU anunciou que iria realizar em Oslo, entre 9 e 14 de Abril, uma conferência internacional sobre o colonialismo e o apartheid, no qual no qual iriam participar além de representantes dos órgãos permanentes daquela organização, representantes de nove movimentos de libertação africanos, com enorme destaque na imprensa mundial. Simultaneamente, grupos anti-colonialistas e contra o apartheid, preparavam uma campanha com reuniões na Alemanha, Noruega, Holanda, Suíça e ainda em Londres.

No estrangeiro, continuavam a levantar-se cada vez mais vozes contra Portugal, quer por parte dos países quer mesmo por organizações não governamentais. Em Março, foi a Organização Internacional de Aeronáutica Civil que aprovou, em sessão realizada na sua sede em Nova Iorque, uma moção que afastava Portugal das suas reuniões. A aprovação foi obtida por maioria

com votos favoráveis dos países africanos e asiáticos, e os votos contrários dos EUA, Nova Zelândia e a maior parte dos países europeus.

Por esta altura, a Dinamarca, Finlândia e Suécia sugeriram a colocação de uma força militar à disposição da ONU, pronta a deslocar-se para qualquer parte do mundo. Em Moçambique fora também constituído o Comando da Defesa Marítima do Zambeze, para apoio ao dispositivo militar naval em operações na bacia do Zambeze e em especial na região de Tete.

A guerra em Moçambique continuava a desenrolar-se frente a um inimigo que evitava o confronto directo, optando preferencialmente por espalhar minas e armadilhas em tudo quanto era estrada ou

itinerários. Apesar de muitas serem detectadas, levantadas ou destruídas continuavam ainda a ser responsáveis pela maioria das baixas que as nossas forças sofriam no teatro de operações.

Os países da Liga Árabe reunidos numa conferência de alto nível em Argel decidem cortar todas as relações com Portugal, Rodésia, República da África do Sul e decretam o embargo do petróleo a estes países, ao mesmo tempo que aprovam o aumento da assistência financeira aos movimentos de libertação que lutam contra “os regimes colonialistas” em África. Enquanto isso, a auto-proclamada República da Guiné-Bissau é reconhecida por 73 países; o Egipto pede a expulsão de Portugal da OIT; a OUA/ONU pressionam o Vaticano, pretendendo que a Santa Sé tome uma posição nitidamente desfavorável a Portugal.

No final de 1973 deixaram de ser avistados nas imediações do porto da Beira os navios de guerra ingleses empenhados no bloqueio àquele porto. Em Abril de 1974, a revolução que estalou na Metrópole não teve efeitos imediatos em Moçambique onde, apesar do notório abrandamento, as operações continuaram até ser assinado o cessar-fogo, o que veio a suceder em 7 de Setembro em Lusaca, entre o Estado Português e a FRELIMO.



As Lanchas de Fiscalização “Albatroz” e “Açor” atracadas na BNL

A confusão generalizada instala-se e a Marinha, enquanto retrai o dispositivo no território, tem como preocupação manter a vigilância e segurança de instalações e população.

A 1 de Outubro, o Comando Naval de Moçambique informa os comandos subordinados de que fora acordado o cessar-fogo a partir da meia-noite e um minuto do dia 8 de Setembro daquele ano.

Continente e Ilhas (60 Oficiais):

2TEN RN Abílio Simões de Oliveira Pinheiro no navio-patrolha “Save”, 2TEN RN Agostinho da Cunha Almeida e 2TEN RN Nuno Manuel Casais Monteiro no navio-hidrográfico “Almeida Carvalho”, 2TEN RN Amílcar Gomes da Silva e 2TEN RN Valdemar Geraldo Taborda na fragata “Pêro Escobar”, 2TEN RN António Luís Carvalho de Matos e Silva, 2TEN RN Joaquim Manuel Teixeira Nunes Barata, 2TEN TE RN Joaquim José Coelho de Sousa Ribeiro e 2TEN TE RN Jorge Ferreira Sinde Monteiro no Estado-Maior da Armada, 2TEN RN António Ângelo Alves Roque Graça e 2TEN TE RN Jorge Manuel Correia Guerreiro na Direcção do Serviço de Pessoal – 1.ª Rep., 2TEN RN Artur Augusto Leal Mimoso, 2TEN RN Norberto Veiga de Sousa Fernandes e 2TEN TE RN António Neves Duarte Teodoro no Grupo N.º 2 de Escolas da Armada, 2TEN TE RN Aníbal Pereira Dias e 2TEN TE RN Manuel António Rato Rolão Santos no Grupo N.º 2 de Escolas da Armada (EAN), 2TEN RN Carlos Manuel Miranda Correia no navio-patrolha “Boavista”, 2TEN RN Custódio Alexandre Rouxinol Miguens na LF “Cruzeiro do Sul”, 2TEN RN Eduardo Manuel Pontes Amaro e 2TEN TE RN José António de Melo Pinto Ribeiro na Escola Naval, 2TEN RN Eduardo José Rebelo Ferreira na LF “Albatroz”, 2TEN RN Fernando Manuel Clavel Leite de Castro no navio draga-minas “Horta”, 2TEN RN José Abel Ferreira de Andrade, 2TEN RN Manuel Mário Correia de Almeida, 2TEN TE RN José Alberto Teixeira, 2TEN TE RN José Manuel Silva Ferreira da Costa, 2TEN TE RN Luís Manuel Vilela Pinto e 2TEN TE RN Paulo de Medeiros Enes Ferreira no Grupo N.º 1 de Escolas da Armada, 2TEN RN Manuel da Silva Rosa no navio draga-minas “Lajes”, 2TEN FZ RN António Humberto Baptista Dias, 2TEN FZ RN Carlos Joaquim Ovelheira dos Santos Barros, 2TEN FZ RN Carlos Manuel de Oliveira Alves, 2TEN FZ RN Jorge Filipe dos Santos Duarte, 2TEN FZ RN José Joaquim Ribeiro Andrade, 2TEN TE RN Jorge Manuel Fortes Camões Costa, 2TEN TE RN José Alexandre da Costa Parada Monteiro e 2TEN TE RN Victor Manuel da Gama Faria na Escola de Fuzileiros, 2TEN FZ RN Gabriel Caldas de Antas de Barros, 2TEN FZ RN José Lopes da Cruz, 2TEN FZ RN Luís Miguel Beltran Franco e 2TEN TE RN José Alberto Mendes de Almeida na Força de Fuzileiros do Continente, 2TEN TE RN António Fernando Sousa da Silva, 2TEN TE RN António Manuel Carvalho Pinto, 2TEN TE RN Hugo João Reinhardt Beirão da Veiga, 2TEN TE RN José Emílio da Costa Cruces e 2TEN TE RN Luís Eduardo Lopes Pimentel no Instituto Hidrográfico, 2TEN TE RN



O navio-patrolha “Cacine” a navegar

António Amadeu Terra Ferreira Bastos na Chefia do Serviço de Justiça, 2TEN TE RN Augusto Afonso de Albuquerque, 2TEN TE RN Joaquim Armando Ferreira da Silva Filipe, 2TEN TE RN José Alberto Baptista de Allen Lima e 2TEN TE RN Luís Henriques Martins Borges de Almeida na Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações, 2TEN TEN RN Carlos Maria da Rocha Pinheiro Torres e 2TEN TE RN João Manuel Franqueira de Castro e Sousa na Direcção Geral dos Serviços de Fomento Marítimo, 2TEN TEN RN Edgar Manuel Fernandes Martins na Direcção do Serviço de Abastecimento, 2TEN TE RN João Manuel Jorge Sousa Jardim na Direcção das Construções Navais, 2TEN TE RN José Manuel da Luz Bravo Ferreira na Direcção do Serviço de Administração Naval, 2TEN TE RN Júlio António da Silva Appleton e 2TEN TE RN Licínio Catarino de Carvalho na Direcção de Infra-Estruturas Navais, 2TEN TE RN Luís Filipe Salgado de Matos no Ministério da Coordenação Interterritorial e 2TEN TE RN Miguel Camargo de Sousa Eiró na Direcção do Serviço de Pessoal – 1.ª Rep. (SGDN).

O 22.º CFORN, a partir de 25 de Abril de 1974, acompanhou todo o processo que se desenvolveu nos territórios ultramarinos, inclusive porque muitos dos seus elementos eram Comandantes de unidades navais ou enquadravam unidades de fuzileiros.

Os oficiais pertencentes ao 22.º CFORN começaram a ser licenciados a partir de Setembro de 1975. Ingressaram nos Quadros Permanentes os 2TEN FZ RN Jorge Filipe dos Santos Duarte e 2TEN FZ RN José Manuel Simões Rodrigues de Castro Elias.

Nota: Não foi possível determinar o paradeiro dos seguintes 3 Oficiais: 2TEN FZ RN Alberto Guilherme Pereira Pimentel Aguiar (Pelotão n.º 9 de Fuzileiros), 2TEN FZ RN Carlos Alberto Rocha Alves (Pelotão n.º 8 de Fuzileiros) e 2TEN FZ RN Manuel Cirilo Rocha de Oliveira Cruz (Pelotão n.º 8 de Fuzileiros).

Este artigo foi compilado do blogue do autor, <http://www.reservanaval.blogspot.com> a partir do Anuário da Reserva Naval dos Comandantes Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado; Dicionário de Navios, Comandante Adelino Rodrigues da Costa, 2006; Fuzileiros – Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974, Luís Sanches de Baêna, 2006; Fotos do Arquivo de Marinha, Revista da Armada e cedências pessoais de origens diversas.

Manuel Lema Santos
8.º CEORN

5 de Maio de 2012



No passado dia 5 de Maio deste ano, reuniu-se em Assembleia Geral ordinária a Associação de Oficiais da Reserva Naval, tendo a sessão decorrido no Auditório da Academia da Marinha, nas Instalações Centrais da Armada, no Terreiro do Paço, em Lisboa.

O acto foi presidido, pela primeira vez, pelo novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Luís da Cruz Vilaça, em substituição do Ernâni Lopes, infelizmente falecido. O sócio João Mexia desempenhou as funções de Secretário da Mesa.

Da ordem de trabalhos, constaram os seguintes pontos:

- Apreciar e votar o Relatório de Actividades de 2011;
- Apreciar e votar o Balanço e Contas do Exercício de 2011;
- Diversos.

O Presidente da Mesa abriu a sessão, realçando o facto de ter a honra de presidir a um acto que, anteriormente, coubera a Ernâni Lopes, a quem se referiu dizendo tratar-se de uma personalidade insubstituível.

Comunicou à assembleia que foi nomeado, recentemente, Juiz do Tribunal da UE, no Luxemburgo, mas que irá conciliar esta nova situação com as responsabilidades na Associação.

Interveio depois o Presidente da Direcção da AORN, Joaquim Moreira, para dar as boas-vindas ao novo Presidente da Mesa e agradecer a participação do Sr. Almirante Espadinha Galo e dos representantes do Polo Norte, em particular do Luís Lima, e do João Mexia, este último representante do Granel das Beiras, que aceitou secretariar a Assembleia Geral.

Continuando a sua alocução e antes de proceder à apreciação detalhada do Relatório de Actividades, fez questão de salientar a excelente colaboração que o Alípio Dias, Presidente do Conselho Fiscal, e o Pedro Coelho, “Cabeça de lista” dos membros eleitos do Conselho de Fundadores, têm dado às iniciativas da Direcção.

O Presidente da AORN, Joaquim Moreira, pediu também desculpa pela divulgação tardia do relatório, pelo que quis abordar todos os temas do mesmo, não sem antes lembrar duas das grandes preocupações da actual Direcção.

Primeiro, na sequência da análise do documento do Conselho de Fundadores, encontrar a verdadeira razão de existir da AORN: definir um desígnio, que, sublinhou, deve estar no enquadramento: “Defender a Reserva Naval, a Marinha, Portugal e o Mar”.

O outro, mais burocrático, mas essencial para a manutenção da organização: a resolução dos problemas administrativos e de gestão – pouco visíveis, mas que exigem muito trabalho e empenho.

Um dos assuntos tratados no relatório e referenciado por Joaquim Moreira foi a apresentação, por parte da Direcção, de um documento de análise a um conjunto de reflexões, também vertidas em documento, produto de uma reunião do Conselho de Fundadores.

Este documento foi entregue ao Pedro Coelho, na qualidade de “Cabeça de lista” dos membros eleitos do Conselho de Fundadores, a 22 de Setembro de 2011.

Anunciou ainda que os sócios Luís Marinho de Castro (a título póstumo) e Manuel Sousa Torres foram escolhidos pela Direcção para receber o “Golfinho de Ouro” no Dia da Reserva Naval de 2012.

Seguiu-se um período destinado a perguntas e pedidos de esclarecimentos em que falaram os sócios Pedro Coelho (agradecimento a citações do Presidente, informação sobre o desenvolvimento do projecto que tem a seu cargo, apoio dos CTT à Revista da AORN e Livro de Mar, frisando ainda que a questão do Mar tem sido tema de propaganda dos CTT, com a publicação de uma edição de selos sobre os submarinos), Fernando Freitas (confraternização





dos cursos e colaboração da AORN na viagem aos Açores), José Pestana (problema da carta de patrão de costa) e José Guimarães (as cartas de Alto Mar).

Não havendo mais intervenções, foi o relatório posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade (34 presenças). O Relatório de Contas foi apresentado pelo Vice-presidente da Direcção, Mário Baptista.

Usando da palavra, o Presidente do Conselho Fiscal, Alípio Dias, falou sobre as amortizações e explicou que o acréscimo nas mercadorias inserto no mesmo relatório diz respeito aos valores do 2º Anuário da Reserva Naval, recentemente publicado.

O José Pestana, orador seguinte, explicitou que o aumento das despesas de expedição pode ser minimizado, sugerindo que as comunicações se façam por e-mail. Adiantou ainda que a recuperação pode ser conseguida através de uma actualização das quotas.

Os trabalhos continuaram com a intervenção do sócio José Marguesa, que manifestou o desejo de saber qual será a posição da Direcção quanto à quebra das receitas estruturais e apelou ao chamamento de novos sócios para a AORN.

O sócio Manuel Torres dirigiu-se também aos presentes, dizendo que existe a necessidade de actualização das moradas dos sócios, tendo o José Guimarães aproveitado para alvitrar que as quotas sejam pagas através de transferências bancárias.

O Presidente da Mesa interveio nesta altura e dirigiu-se à assembleia para propor que se desse prioridade à situação financeira. Posto o Relatório a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Sobre o terceiro ponto, “Diversos”, falou, o sócio Luciano Ravara sublinhando que a questão da exploração do mar é financeira, o que pressupõe um incentivo ao investimento. Sugeriu que fosse criado um movimento nesse sentido dentro da AORN. Em resposta, o Joaquim Moreira explicou que esse movimento já existe e está a ser dinamizado pelo Fórum Empresarial da Economia do Mar.

O encerramento da Assembleia Geral deu-se pelas 13h05m, com aclamação dos presentes. Para memória futura foi elaborada a respectiva acta que será assinada (ou autenticada) pelo Presidente e pelo Secretário. Finda a Assembleia Geral, os sócios presentes reuniram-se num almoço de convívio que teve lugar no refeitório da Messe de Sargentos das Instalações Centrais da Marinha.

*Serafim Lobato
Armando Ferrão*



PROF. DR. MANUEL RAMÔA CARDOSO RIBEIRO (1945-2011)



Faleceu no passado dia 29 de Agosto de 2011 Manuel Ramôa Cardoso Ribeiro, um discreto sócio da nossa Associação, que pertenceu ao 15.º Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, da classe de Técnicos Especialistas, e figura de vulto na ciência e na vida académica de Portugal.

Referenciamos em especial a mensagem de condolências enviada à família pelo Presidente da República, bem como a homenagem fúnebre que lhe foi prestada pela Universidade Técnica de Lisboa, na pessoa do Prof. Dr. Adriano Moreira.

Natural do Funchal, onde nasceu em Outubro de 1945, concluiu, em Dezembro de 1968, a formatura em Engenharia Químico-Industrial na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Personalidade brilhante, professor catedrático do Departamento de Engenharia Química do Instituto Superior Técnico e cientista internacionalmente reconhecido (tem livros e mais de 200 artigos publicados), dedicou-se à causa pública assumindo diversas funções de gestão académica e científica.

Era, desde 2007, o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.

Ao longo da sua vida exerceu relevantes cargos em prol da ciência e da tecnologia, tendo assumido, entre 1984 e 1987, funções de Vice-Presidente do Conselho Directivo do Instituto Superior Técnico.

De 1989 a 1997 foi ainda Vice-Presidente e Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, assim como Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entre 2002 e 2005, e membro do Conselho Científico da NATO, entre 1989 e 1997.

Foi condecorado pelos Presidentes das Repúblicas francesa e portuguesa.

Membro efectivo da Ordem dos Engenheiros, inscrito na Região Sul desde 1985, o Eng. Ramôa Ribeiro era detentor do mais alto nível de qualificação: Membro Conselheiro.

Desde 2010, integrou a Assembleia de Representantes da Ordem, pela Região Sul, sendo que desde cedo exerceu importantes cargos nesta Associação Profissional, nomeadamente, membro do Conselho de Admissão e Qualificação (2004-2007), Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Química (1998-2004), Coordenador da Comissão Cultural de Engenharia Química (1988-1991), Coordenador da Comissão da Especialidade de Engenharia Química da Região Sul (1985-1988) e Membro do Conselho Editorial da revista “Ingenium” (1998-2004). Em 2002 foi Presidente do Júri do Prémio Inovação Jovem Engenheiro.

Com dados retirados de um comunicado da Ordem dos Engenheiros)

*Serafim Lobato
Armando Ferrão*

MENSAGEM DE HOMENAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A RAMOA RIBEIRO

O Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, enviou a seguinte mensagem de condolências à família do Professor Doutor Fernando Ramôa Ribeiro:

“Foi com grande pesar que tomei conhecimento do falecimento do Professor Doutor Fernando Ramôa Ribeiro, actual Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.

Figura de grande prestígio da comunidade científica portuguesa, através de vasta obra publicada deixa importantes contributos nas áreas em que se especializou da engenharia química, base da sua formação académica.

A sua brilhante carreira fez com que o mérito do seu trabalho viesse a merecer o reconhecimento internacional.

Conhecido pelas suas elevadas qualidades humanas, ocupou ainda outros cargos de destaque que lhe permitiram colocar ao serviço de Portugal o seu espírito empreendedor e dinâmico.

Aníbal Cavaco Silva”

ALOCUÇÃO DO PROF. DR. ADRIANO MOREIRA NA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

“Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa:

Não era um dos previstos deveres do meu cargo, depois de cinquenta anos a servir a Universidade Técnica de Lisboa, ter de assumir a dolorosa obrigação de proferir algumas palavras nesta cerimónia de luto pela morte do Reitor Fernando Ramôa Ribeiro.

Lembro algumas das dificuldades que a nossa Universidade enfrentou neste meio século, mas provavelmente nenhuma se desenvolveu em circunstâncias tão desafiantes como as que rodearam o último serviço que o Prof. Fernando Ramôa Ribeiro prestou à Universidade Técnica em particular, e ao sistema do Ensino Superior em geral, no exercício da Reitoria.

Foi eleito unanimemente, por nele reconhecemos as capacidades humanas, académicas, e cívicas, para orientar a nossa Instituição na crise que Portugal enfrenta, sempre fiel aos princípios da nossa independência, designadamente na relação com o poder político, sempre atento ao dever de a Universidade prestar serviço à comunidade nacional, atento à evolução do mundo, e particularmente da Europa, e sempre demonstrando e transmitindo a serenidade, a confiança, e até a alegria de conduzir, com equilíbrio e determinação, a busca de respostas para os desafios do tempo complexo que vivemos.

Tinha desenvolvido essa capacidade numa longa carreira de responsabilidades crescentes, quer ganhando os títulos académicos apoiados na validade das investigações que desenvolveu sobretudo nas áreas da Engenharia das Reacções Químicas e da Catálise Química, documentados numa bibliografia numerosa e rica, dirigindo a Fundação para a Ciência e Tecnologia (2002-2005) membro do Conselho de Governadores do Joint Research Center da União Europeia, do Conselho European Science Foundation do EUROHORCS.

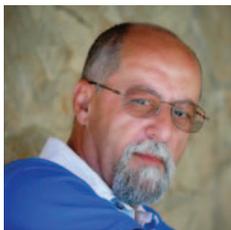
Deste modo reuniu pelo menos três capacidades que a Universidade exige, a de investigar, a de ensinar, e de dirigir. Mas, nas breves palavras que me deram a honra de proferir nesta cerimónia católica de oração, desejo salientar o exemplo de coragem, devoção, e até alegria, com que sabendo-se gravemente atingido pela doença, consciente de que o seu tempo neste mundo estava a esgotar-se, nunca descurou nenhum dos seus deveres, sabendo que todos passamos mas que a instituição, neste caso a Universidade, continua.

Numa data em que o relativismo ameaça a concepção do mundo e da vida ocidentais, cuja definição tem na Universidade um dos pilares fundamentais, o cristão Fernando Ramôa Ribeiro, em sofrimento, não se dispensou de acrescentar, ao legado científico que nos lega, o exemplo de fidelidade aos princípios, aos valores, à esperança, dia a dia, até ao fim dos seus dias, neste mundo em turbilhão. Repousa, finalmente, na paz de Deus, e continuará vivo, como exemplo, na nossa memória.”

30/08/2011

NOTÍCIAS SOLTAS

O MEU AMIGO MAX



António Vasconcelos Raposo

Conheci o António Rodrigues Maximiano quando iniciei o meu serviço militar obrigatório na Escola Naval. Foram as coisas do desporto que fez com que nos conhecêssemos. O Max praticou Basquetebol. Conhecia muita gente do desporto. Ao saber a minha ligação à Educação Física e ao desporto, foi o bastante para que daí partíssemos para outras tantas conversas.

A determinada altura da nossa recruta fui para a Escola de Fuzileiros o que fez que

apenas nos reencontrássemos em Angola. Também aí segui para o Leste enquanto ele permaneceu em Luanda. Mantivemos um aceso contacto. O Max gostava de saber o que por ali se passava. Quando vinha a Luanda em serviço ou de férias passava os dias com ele e com um grupo de amigos. Partilhávamos as coisas que envolviam a guerra mas também momentos de significativa alegria.

Quem conheceu o Max sabe que era impossível não estar bem disposto junto dele. Havia sempre uma piada, uma brincadeira, uma anedota que criava um ambiente de agradável convívio.

O Max era um romântico. Mantinha sempre um prazer pelas coisas que o rodeavam. Vivía a vida numa chama de querer saber mais e mais. De querer conhecer

tudo o que podia enriquecer o seu saber. Gostava de partilhar aquilo que descobria.

Estando numa guerra o Max sempre manifestou grande reserva quanto «a essas coisas das armas». Mesmo quando se deslocou ao Leste, numa viagem oficial, cujo objectivo foi o de averiguar alguns incidentes surgidos naquela zona de guerra nunca quis usar uma arma.

Atravessou uma picada onde a probabilidade de ter contacto com o IN era muito elevada, tal como ocorrera dias antes e onde faleceram vários fuzileiros, não quis nenhuma arma para defesa pessoal. Disse-me que confiava totalmente da escolta dos fuzileiros.

Foram vários os momentos de grande tensão político-militar que vivi ao lado do Max. De Angola a Lisboa. Nele sempre vi

um homem de coragem. Determinado nas suas convicções e sempre disponível. Foi com uma coragem que enfrentou a doença, sentindo nela a injustiça da vida. Direi mesmo que manifestou todos estes valores na forma como encarou o nascimento, crescimento e posterior desenvolvimento da AORN.

Homem de cultura, de um bom gosto pelas artes. Apreciava um bom poema com a mesma paixão como escutava uma boa música apreciando um bom vinho tinto com uma óbvia preferência pela região do Douro.

Falar do Max é falar de um amigo insubstituível. Falo com entusiasmo das suas competências e nos seus sentimentos pela sua profissão. Mas sobretudo tenho de falar do seu sentido de justiça. Nas suas preocupações sociais. Na constante atenção que dedicava aos amigos. No cuidado que tinha em utilizar as palavras. No seu sentido prático. Na criatividade que colocava na busca de soluções correctas e diferentes da rotina. Aceitava a crítica mas ao mesmo tempo era hipersensível à crítica injusta. À incorrecção da análise. Ao erro de apreciação. À palavra desadequada.

O Max deixa-nos órfãos do seu saber. Da sua alegria. Da sua simplicidade comunicativa mas sempre expressiva de uma positividade contagiante.

Para mim, o Max, pela força da sua intervenção em tantos sectores da nossa sociedade, pela clarividência das suas acções, pela amizade que nos dedicava estará sempre aqui a meu lado. Ficará sempre entre os vivos.

António Vasconcelos Raposo
20.º CFORN

NOTÍCIAS SOLTAS



Alexandre da Fonseca

Exemplar que aqui comentamos é o número dezanove, do ano XVI, da revista periódica da AORN – Associação dos Oficiais da Reserva Naval, publicado em Outubro de 2011.

Na capa, uma feliz fotomontagem com a proa do CREOULA, a navegar a todo o pano, as fotografias de Ernâni Lopes e de Rodrigues Maximiano e o lema da AORN, “... e bem serviram sem cuidar recompensa”.

A revista abre com um editorial, assinado pelo seu director, Comdt Joaquim de Oliveira Moreira, também Presidente da Direcção da AORN, que entre diversos outros assuntos assinala o compromisso de publicar pelo menos um número anual desta publicação.

Alguns artigos de interesse geral, “As Marinhas de Guerra e a Globalização”, pelo VAlm Reis Rodrigues, “Os Novos Meios da Marinha – Estratégia de Renovação”, pelo CFR Sardinha Monteiro e “Terá a Guerra Fria morrido em Lisboa?”, por André Cunha, jornalista e colaborador da revista da AORN.

Segue-se a notícia de uma audiência com o CEMA, Almirante José Saldanha Lopes,

In “REVISTA DE MARINHA”

e uma breve referência às actividades dos diversos núcleos da AORN, designadamente, os dos Açores, Trás-os-Montes, Polo Norte, Madeira, “Granel das Beiras”, Polo Sul, Setúbal e “Grupo do CMN”, evidenciando-se assim, uma crescente dinamização dos seus associados. O 15.º CFORN, o 2.º curso de 1969, que incorporou 101 cadetes, é alvo de uma curiosa reportagem ilustrada com muitas fotografias. Em “A Filatelia e o Mar” dão-nos conta de diversas iniciativas dos CTT, tendo o Mar por tema... ou não fosse o Eng.º Pedro Coelho, Vice-Presidente daquela empresa, também Oficial da Reserva Naval, membro da sua “velha guarda”.

As memórias de alguns membros da AORN recentemente falecidos – Ernâni Lopes, Rodrigues Maximiano, Casimiro Barreto, e Lowndes Marques – são recordadas em sentidos textos, assinados por Artur Santos Silva, António Marta, Chancelle de Machete, Abraão de Carvalho, Caseiro Marques, Poças Esteves e Nuno Vieira Matias.

Reportagens ilustradas acerca do *Dia da Reserva Naval* (9 de Outubro de 2010), da *Assembleia Geral da AORN* (7 de Maio de 2011) e do *Dia da AORN*, comemorando o XVI aniversário (14 de Julho de 2011) completam este número que inclui ainda a listagem dos protocolos em vigor, onde se inclui um com a ENN – Editora Náutica Nacional, Lda, a firma editora da **Revista de Marinha**, assinado em 1 de Fevereiro de 2009.

Em síntese, uma revista com excelente apresentação, de grande qualidade gráfica, com 52 páginas e uma tiragem de 1.000 exemplares, focada nos interesses dos associados da AORN, mas com muitos temas de interesse geral, que se lê com muito interesse e gosto.

À sua Direcção, Comissão de Redacção e ao seu *Designer* Gráfico, Eng.º Lema Santos, enviamos os nossos sinceros parabéns e votos de muitos sucessos; parafraseando o seu Director, no editorial, «enquanto for preciso defender a Marinha, Portugal e o Mar, a AORN – e a sua revista, diríamos nós – não vai acabar!».

Alexandre da Fonseca
Vice-Almirante



Sempre tive um grande fascínio pelos locais por onde andaram os nossos antepassados da época dos descobrimentos, muito em especial onde deixaram marcas indeléveis da sua passagem, como é o caso de Malaca.

Tem esta história a ver com a extraordinária experiência que eu e a minha mulher vivemos durante a visita que efectuamos à Malásia em 2007.

A Cristiana Casimiro (também ela resultado da diáspora portuguesa), e que leccionava uma aula de português na Universidade de Kuala Lumpur, era como que um porto de abrigo para os muitos portugueses que chegavam em visita à Malásia e tinham a sorte de levar o seu contacto. Para além do simpático e inextinguível acolhimento que a todos prestava, era também uma fonte privilegiada de muito úteis informações para quem, como nós, pela primeira vez, aportava aquelas paragens.

Foi a Cristiana quem nos arranjou o simpático motorista e nos facultou os contactos necessários para o sucesso da visita. Infelizmente para os visitantes portugueses, mudou-se recentemente para Macau.

Chegados a Malaca e após visita aos monumentos tradicionais como as ruínas da **Igreja de São Paulo** e a **Porta de Santiago**, o que resta da antiga fortaleza, **A Famosa**, desembocamos numa praça onde se encontravam vários *riquixós* a pedal, pintados de cores muito garridas e decorados com ramos de flores de plástico.

De um deles, destaca-se um malaio pequeno e franzino, com uma idade indefinida. Dirigiu-se a nós num inglês macarrónico, perguntando-nos de onde éramos. Quando lhe dissemos que éramos portugueses entrou numa grande excitação, gritando repetidamente a palavra *portuguese*, *portuguese* e convidando-nos a entrar no veículo.

Numa primeira reacção, pensamos que o homem sabia falar português ou, pelo menos, seria capaz de entender a língua e manter uma conversa básica, pelo que lá entramos no *riquixó*, prontos para o que pensávamos ser uma pequena visita guiada pela baixa da cidade, embora eu

duvidasse que aquela figurinha de gente fosse capaz de puxar pela máquina, tendo em consideração o peso desta e dos passageiros,

A ilusão quanto à compreensão da língua portuguesa rapidamente se desfez pois o homem continuava a gritar a mesma palavra *portuguese*, *portuguese*, qualquer que fosse a pergunta que lhe fizéssemos. Quanto à pequena volta pela baixa também ficamos esclarecidos quando nos apercebemos que o pequeno malaio pedalava freneticamente, conduzindo o *riquixó* para os arredores da cidade, na contramão, pelo meio do trânsito caótico.

Sem qualquer hipótese de entendimento com o condutor, resolvemos entregar-nos nas mãos do destino e lá seguimos, durante uma boa meia hora, fazendo figas para que nenhum automóvel nos abalroasse.

E assim chegámos ao **Portuguese Settlement**, o **Bairro Português de Malaca** onde nos esperava uma extraordinária experiência. Esta pequena comunidade, onde ainda proliferam nomes como *Silva*, *Almeida* e *Gomes*, sente um grande orgulho nas suas raízes portuguesas.

Salienta-se aqui que, após uma permanência de apenas cem anos e cerca de 4 séculos passados sobre a expulsão dos portugueses de Malaca por parte dos holandeses, aquilo que permanece é uma comunidade de luso-descendentes, não restando vestígios de uma semelhante comunidade de origem holandesa.

Logo à entrada, damos com a fachada do hotel e restaurante LISBOA, gerido, não muito bem, por um departamento do Governo. Como são muçulmanos, não servem álcool, o que afasta os turistas. Um dos empregados é o senhor Pedro da Silva, que fala português.

Existe também uma pequena Sala Museu, sobre a presença dos portugueses em Malaca, cujo responsável é, actualmente, o senhor Edgar, do bairro português.

Alguns nomes das ruas (*jalan*) do Bairro, mantêm nomes portugueses, como **Sequeirah**, **D'Aranjo**, **D'Albuquerque**, **Eredia** ou **Texeira**.

O regedor do Bairro é actualmente o senhor Peter Gomes e outros moradores de

referência são o Papa Joe, o Noel Felix e a Marina Danker, que apoiam grupos culturais, de canto e dança tradicionais portugueses. Celebram todos os anos, em Junho, os Santos Populares. Durante uma semana, revivem a cultura portuguesa, com cantares, ranchos folclóricos e jogos tradicionais portugueses.

Mas o mais extraordinário foi a maneira como fomos recebidos pelos moradores do Bairro. O condutor parava à porta das casas e gritava, *portuguese*, *portuguese*. As portas abriam-se e os moradores vinham ter connosco, muito contentes por saberem que éramos portugueses e imediatamente nos convidavam a entrar nas suas casas. Sentávamo-nos na sala e conversávamos um pouco, em inglês misturado com *papia*, a língua creoula que continuam a manter viva. Falavam das suas vidas, das origens portuguesas e do orgulho que sentiam por serem descendentes de portugueses.

E assim andámos, de casa em casa, até que o motorista que nos tinha trazido de Kuala Lumpur nos contactou pelo telemóvel, meio aflito, sem saber de nós, pois já tínhamos ultrapassado largamente a hora combinada para o regresso.

Ofereceram-nos uma brochura com expressões em *papia* e uma espécie de dicionário *papia* – português, assim como um CD com música folclórica portuguesa, cantada em creoulo. O único pedido que nos fizeram foi para Portugal enviar novos trajes tradicionais portugueses, pois os que possuíam já estavam muito gastos.

Regressamos a Kuala Lumpur com o coração cheio de orgulho nesta comunidade que, contra ventos e marés, teima em manter viva a presença portuguesa em Malaca.

Algumas expressões em **Kristang**:

Mutu merseh mestri di skola – Muitas mercês ao mestre da escola

Lembrah predeh skribeh kontah – Lembra de aprender a escrever e contar

Pra ki tudu jenti teng amizadi – Aqui toda a gente tem amizade

“e bem serviram sem cuidar recompensa...”

